



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

Bruno Do Val

ALÉM DOS OLHOS DO PRESIDENTE:
a inteligência de Segurança Nacional dos EUA como meio de projeção de poder

Rio de Janeiro
2022

Bruno Do Val

ALÉM DOS OLHOS DO PRESIDENTE:

a inteligência de Segurança Nacional dos EUA como meio de projeção de poder

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Zortéa Vieira

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

D743 Do Val, Bruno.

Além dos olhos do presidente: a inteligência de segurança nacional dos EUA como meio de projeção de poder / Bruno Do Val. – 2022.
97 f.; 31 cm.

Orientador: Ricardo Zortéa Vieira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2022.
Bibliografia: f. 90 – 95.

1. Segurança nacional – Estados Unidos. 2. Serviço de inteligência. 3. Estratégia.
I. Vieira, Ricardo Zortéa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 353.0973

Bruno Do Val

ALÉM DOS OLHOS DO PRESIDENTE:

A inteligência de Segurança Nacional dos EUA como meio de projeção de poder

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Prof. Dr. Ricardo Zortéa Vieira - Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Darc Costa– Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Hélio Caetano Farias – Membro Externo
Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)

“Toda política é uma luta pelo poder; a forma mais extremada do poder é a violência”. (MILLS, 1981 p. 207).

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este momento da vida acadêmica, que ganha novo fôlego com o início de meu doutorado em Economia Política Internacional (UFRJ), reconheço o apoio e suporte de minha família e amigos, aos quais sou eternamente grato.

Agradeço à Carla, ao Henrique e ao Lucas pelo apoio incondicional e as inúmeras demonstrações de amor e compreensão nessa jornada acadêmica que se iniciara em um tempo difícil para todos nós.

Agradeço ao meu orientador Ricardo Zortéa Vieira pela disponibilidade e incentivo ao longo desses dois anos.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, seus professores e servidores pelo acolhimento e suporte fundamentais para a conclusão de um curso de tanto prestígio acadêmico.

Agradeço ao professor Darc Costa pelos ensinamentos e acolhimento no Instituto da Brasilidade e ao professor Hélio Farias pelas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa desde sua qualificação.

Agradeço aos amigos do mestrado e doutorado do PEPI pelos debates e colocações instigantes que sem dúvida contribuíram para minha formação acadêmica e profissional como pesquisador.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento à pesquisa, a qual apresento na esperança de contribuir com o debate científico em nosso país.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo situar a Atividade de Inteligência de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA) na lógica de disputa de poder interestatal a partir de uma perspectiva crítica de suas instituições e funções. Visando estabelecer a conexão entre Inteligência de Segurança Nacional e poder estatal, utilizamos a lógica acúmulo de poder como dinâmica central, a partir da qual atuariam os órgãos de inteligência junto ao eixo político-estratégico da segurança nacional. Nesse sentido, entendemos a inteligência como uma espécie de “fio condutor”, que interconecta as dimensões ontológica, estratégica e tática de disputa de poder, estando presente de forma simultânea em todas elas. Além da coleta de informações, a Inteligência de Segurança Nacional exerce papel fundamental na disputa de poder ao influenciar a tomada de decisão em âmbito doméstico e externo, via coesão do eixo político-estratégico da segurança nacional e e externo via execução de ações encobertas para influenciar as condições políticas econômicas e militares no exterior. Nesse sentido, ela se situaria como uma alternativa à diplomacia e à guerra, uma espécie de “caminho do meio”. Apresentando-se, assim, como uma instituição que opera além da concepção de inteligência como consciência situacional, ou seja, além dos “olhos do Presidente”. Apesar da lógica burocrático-formal, a Inteligência de Segurança Nacional atua como meio de projeção de poder para alcançar os objetivos estratégicos do Estado e de suas elites.

Palavras-chave: Inteligência de Segurança Nacional; Atividade de inteligência; Estratégia de Segurança Nacional.

ABSTRACT

The present study aimed to situate the National Security Intelligence Activity of the United States of America (USA) in the logic of interstate power disputes from a critical perspective of its institutions and functions. Aiming to establish the connection between National Security Intelligence and state power, we used the logic of power accumulation as a central dynamic, from which the intelligence agencies would act along the political-strategic axis of national security. In this sense, we understand intelligence as a kind of “conducting thread”, which interconnects the ontological, strategic and tactical dimensions of power struggle, being present simultaneously in all of them. In addition to collecting information, National Security Intelligence plays a fundamental role in the power struggle by influencing decision-making at home and abroad, through the cohesion of the political-strategic axis of national security and through the execution of covert actions to influence the political, economic and military conditions abroad. In this sense, it would be an alternative to diplomacy and war, a kind of “middle way”. Presenting itself, therefore, as an institution that operates beyond the concept of intelligence as situational awareness, that is, beyond the “the President eyes”. Despite the bureaucratic-formal logic, National Security Intelligence acts as a means of power projection to achieve the strategic objectives of the State and its elites.

Keywords: National Security Intelligence; Intelligence activity; National Security Strategy.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 – Fontes de Poder | 26 |
| Figura 2 – A Comunidade de Inteligência dos EUA | 38 |
| Figura 3 – Uma Visão funcional da Comunidade de Inteligência | 44 |
| Figura 4 – Composição do Escritório do Diretor de Inteligência Nacional | 74 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA – Central Intelligence Agency
CIA/DA – Directorate of Analysis
CIA/DO – Directorate of Operation
CI – Comunidade de Inteligência
DCI - Director of Central Intelligence
DCIA - Director of Central Intelligence Agency
DCS - Defense Clandestine Service
DIA - Defense Intelligence Agency
DNI - Director of National Intelligence
DEA - Drug Enforcement Administration
DHS - Department of Homeland Security
DOD - Department of Defense
DOS - Department of State
DOT - Department of Treasury
EUA - Estados Unidos da América
FBI - Federal Bureau of Investigation
INR - Bureau of Intelligence and Research
NGA - National Geospatial – Intelligence Agency
NIC - National Intelligence Council
NIE - National intelligence Estimates
NIO - National Intelligence Officer
NRO - National Reconnaissance office
NSC - National Security Council
OI&A - Office of Intelligence and Analysis
ODNI - Office of the Director of National Intelligence
OSS - Office of Secret Services
USCG - United States Coast Guard

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 A POLÍTICA COMO LUTA PELO PODER..... | 14 |
| 1.1 O PODER COMO FINALIDADE..... | 15 |
| 1.2 AS MULTIDIMENSÕES DO PODER..... | 20 |
| 1.3 A SEGURANÇA NACIONAL COMO EIXO ESTRATÉGICO..... | 23 |
| 2 INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA NACIONAL | 30 |
| 2.1 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA | 32 |
| 2.2 PARADIGMAS INTERPRETATIVOS | 36 |
| 2.2.1 A COMUNIDADE DE INTELIGÊNCIA DOS EUA..... | 36 |
| 2.2.2 A INTELIGÊNCIA COMO PROCESSO | 46 |
| 2.2.3 A INTELIGÊNCIA COMO PRODUTO | 48 |
| 2.2.3.1 A ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA | 50 |
| 2.2.3.2 AS AÇÕES ENCOBERTAS | 53 |
| 3 INTELIGÊNCIA: A GUERRA E A NÃO GUERRA | 60 |
| 3.1 ENTRE A DIPLOMACIA E A GUERRA..... | 66 |
| 4 INTELIGÊNCIA E ELITES | 69 |
| 4.1 ELITES NO PODER | 69 |
| 4.2 O NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL | 74 |
| 4.3 DIRETORES DO NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL | 77 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 87 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 90 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo situar o papel da Atividade de Inteligência de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA) na lógica de disputa de poder interestatal a partir de uma perspectiva crítica de suas funções e de seu posicionamento nas estruturas de poder estatal.

A literatura dos estudos em Inteligência é fortemente voltada para a Inteligência dos EUA e vista a partir de sua perspectiva. Em menor número, porém, está a literatura baseada em outros arranjos e na perspectiva de outras nações (HERMAN, 1996, p.3). Esse mesmo diagnóstico pode ser aplicado em relação a literatura sobre as relações de poder no sistema internacional.

Nessas abordagens, na medida em que o sistema interestatal intensifica suas relações, principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial, surge a figura de uma potência “mundial” ou “hegemônica” atuando para ordenar o sistema em benefício próprio ou de seus aliados. No entanto, nossa compreensão das relações internacionais e, principalmente, das relações de poder no sistema interestatal, parte do ponto vista ontológico da teoria do “poder global” (FIORI, 2014). Essa teoria concebe os Estados líderes ou hegemônicos como os grandes desestabilizadores do sistema.

Tal ímpeto desestabilizador estaria relacionado a uma característica intrínseca ao poder, sua expansividade. Para se manterem à frente dos demais Estados, eles precisariam desafiar continuamente as regras e instituições, muitas vezes estabelecidas por eles próprios, visando a contínua expansão acúmulo de seu poder perante outros Estados. Tornando-se, o poder, dessa forma, uma finalidade em si.

A partir dessa concepção de poder global, no mesmo sentido, porém em âmbito mais estratégico, apresentaremos o Eixo Político-Estratégico da Segurança Nacional e a forma a partir da qual a Inteligência está concertada a esse paradigma. A Segurança Nacional como paradigma estratégico foi institucionalizada no imediato período Pós-Segunda Guerra Mundial, permanecendo em vigor até o presente, organizando-se a partir de múltiplas dimensões de poder.

Juntas, as concepções ontológica e estratégica, no permitem observar a disputa de poder de uma forma mais ampliada, a finalidade e estruturação do poder. A Inteligência de Segurança Nacional é institucionalizada junto ao eixo político-estratégico da Segurança Nacional, apresentando-se estruturada a partir das multidimensões de poder do estado, compondo cada uma delas.

No entanto, para que possamos conectar tais concepções aos meios a partir do qual o poder é de fato exercido, nos aproveitaremos das abordagens que visualizam o conflito interestatal a partir de múltiplas dimensões. Essas abordagens destacam o caráter híbrido do conflito, no qual as fronteiras entre Estado e Sociedade, público e privado, guerra e paz, civis e militares estariam menos caracterizadas (LIND, 1989; HOFFMANN, 2007; SZAFRANSKI, 2008; KORIBYKO, 2018, ZORTÉA, 2018).

Ao observarmos o conflito por meio de uma perspectiva multidimensional de poder, buscamos estabelecer um horizonte de análise que supera a visão tradicional de guerra como conflito exclusivamente bélico e necessariamente violento. Nesse sentido, incorporamos elementos que deslocam da visão de disputa de poder e conflito sendo travados a partir de bases tradicionais, isto é, exclusivamente nacionais e por meio de suas forças armadas, ignorando outras dimensões de poder.

Essas visões ontológica e estratégica de poder, nos permitiu ressaltar o papel exercido pela Inteligência de Segurança Nacional dos EUA na dinâmica de disputa de poder e execução da estratégia de conflito multidimensional. A partir desse entendimento, a Inteligência de Segurança Nacional estaria estabelecida como uma alternativa à diplomacia e à guerra, uma espécie de “caminho do meio”. Tal concepção, fundamenta-se na análise das estruturas institucionais e legais relacionadas à Segurança Nacional e Inteligência de Segurança Nacional dos EUA, por meio da qual buscamos fornecer uma perspectiva que nos possibilite uma melhor apreensão dos riscos potenciais da execução dessa atividade, principalmente nos Estados em que a inteligência opera.

Entendemos que as novas concepções da guerra, principalmente a guerra informacional e as operações psicológicas são um campo que permitem a atração de aliados e a instituição de inimigos, visando aos objetivos estratégicos do Estado e dentro da especificidade de cada tabuleiro geopolítico. Em nosso entendimento, a Inteligência de Estado não se resume a uma instituição exclusivamente burocrática, formada por

especialista que seguem as normas do direito interno e internacional na condução de suas atividades.

Em sentido oposto, a Inteligência de Estado, principalmente quando estabelecida a partir da lógica de segurança nacional, é uma ferramenta política para uso das elites no poder. Estando posicionada e estabelecida a partir de paradigmas que a permite alimentar o sistema de informações e ser alimentada por ele, em um ciclo de alimentação e retroalimentação, além da capacidade de realizar operações encobertas dos mais diversos tipos, inclusive paramilitares. Sendo, assim, um verdadeiro híbrido que se posiciona entre a diplomacia e a guerra, um meio, sobretudo, a partir do qual se busca acumular poder nas mais diversas áreas. Sob o manto protetor do sigilo e da justificativa de ser uma atividade voltada à segurança nacional.

É diante desse quadro maior que se desdobra esta dissertação, com o intuito de explorar essa lacuna nos estudos de Inteligência, ainda que mantendo como objeto a Inteligência estadunidense, de forma a inverter a perspectiva, buscando observá-la a partir do ponto de vista de quem se relaciona com os EUA e, portanto, possa ser objeto das ações de sua Comunidade de Inteligência. Para tanto, foi realizada uma análise qualitativa das bibliografias e documentos ligados aos estudos das relações de poder, englobando aspectos geopolíticos e geoestratégicos aplicáveis à temática da inteligência, da segurança nacional e das elites em relação aos EUA. O recorte temporal escolhido engloba a institucionalização daquilo que denominamos Eixo Político-estratégico da Segurança Nacional, a partir da publicação do *National Security Act of 1947* até o momento atual, priorizando a observação de mudanças e continuidade que nos permitam identificar aspectos estruturais relacionados à Inteligência de Segurança Nacional com meio de projeção de poder do Estado.

Em nossa proposta de inversão da perspectiva, estruturamos nossa análise em 5 (cinco) capítulos, além desta breve introdução. Apresentaremos, no primeiro capítulo, os aspectos relacionados à disputa de poder no sistema interestatal, privilegiando aqueles que nos permitam pensar o acúmulo de poder relativo nas mais diversas dimensões como a principal finalidade das relações entre os Estados, assim como a estruturação das dimensões de poder a partir do Eixo Político-Estratégico de Segurança Nacional. A Inteligência de Segurança Nacional será objeto do segundo capítulo. Nele, apresentaremos a Comunidade de Inteligência dos EUA e suas funções dentro do

Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Os novos tipos de guerra serão tema do terceiro capítulo, nele, apresentaremos a discussão relacionada à guerra híbrida, informacional e operações psicológicas. Enfatizaremos, no entanto, ações que podem ocorrer a partir de dimensões distintas do poder militar propriamente dito, inserindo a perspectiva das ações encobertas como meio de projeção de poder, entre a diplomacia e a guerra. No quarto capítulo, apresentaremos uma proposta que busca complementar a análise, as elites no poder. Considerando como elites aqueles em posições relevantes de poder e com capacidades de influenciar a tomada de decisões relevantes. No quinto e último capítulo, apresentaremos nossas considerações finais sobre a Inteligência de Segurança Nacional nas relações de poder interestatais e algumas sugestões para estudos futuros.

1- A POLÍTICA COMO LUTA PELO PODER

A abordagem das relações de poder tem sido historicamente um objeto relevante no estudo das relações internacionais, principalmente no âmbito da política internacional. Diversos autores, enfatizaram a guerra, dada a anarquia vigente, como elemento central no funcionamento do sistema internacional¹. As relações de poder e a presença da guerra estão igualmente presentes na visão de poder de José Luís Fiori (2014), porém, em nossa visão, a disputa de poder não se resume ao conflito bélico.

Neste capítulo, apresentaremos a perspectiva a partir da qual analisaremos o objeto central deste estudo, a Inteligência de Segurança Nacional. Na primeira sessão, apresentaremos o poder a partir de uma perspectiva ontológica, sua razão de ser. Nesse sentido, o poder tem como finalidade em sua própria expansão e acúmulo de poder relativo perante outros Estados.

Na segunda sessão, apresentaremos os eixos de projeção de poder. Consideraremos, para isso, desde as dimensões clássicas a dimensões mais contemporâneas, como valores, ideias e cultura, todos considerados como elementos que permitem a coesão estratégica em torno da definição de um adversário no sistema interestatal. Na terceira e última sessão deste capítulo, apresentaremos a organização das multidimensões de poder do Estado.

¹ Entre eles Hans Morgenthau (2003), Kenneth Waltz (1979) e John Mearsheimer (2001).

1.1 O poder como finalidade

A partir da teoria do “poder global”, Fiori se propõe a investigar a finalidade do poder nas relações interestatais, orientando sua análise a partir do Estado, seja ele politicamente rudimentar, ou o moderno Estado-Nação que compõe o “sistema interestatal capitalista”. Nela, apenas o Estado teria, não apenas o passaporte para transitar no sistema interestatal, mas também o controle dos meios de coerção e de “monopólio da violência” de que tratara Weber (1999).

A partir de uma análise histórica, Fiori buscou reconstruir as relações de poder presente nas guerras europeias, que resultaram na formação das economias nacionais. Observando a dinâmica dentro dos diversos tabuleiros geopolíticos que configuraram a Europa, nos quais o “jogo das guerras” – uma clara manifestação do poder relativo – exerceu papel de destaque.

A importância do exercício do poder por meio da guerra não se limitara à violência, já que se interconectava à instituição de mecanismos de financiamentos, tanto a tributação, quanto a instituição de moedas soberanas. O movimento que interconectou capacidade militar e riqueza resultaram na centralização do poder, na origem dos primeiros Estados territoriais modernos e das primeiras economias nacionais.

A partir de então Fiori pode compreender o poder em termos mais abstratos. Em uma perspectiva mais ontológica, no que diz respeito ao poder “*lato sensu*”, Fiori afirma que em termos lógicos, o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder. Essa disputa deriva-se da própria assimetria presente nas relações de poder interestatais, e do fato de esse poder encontrar limitações tanto temporais quanto espaciais.

A limitação intrínseca do poder se desdobraria em outra característica, a de sua expansividade, ou a busca de uma expansão contínua, que se desdobra por meio da competição pelo poder entre as potências. Além de limitado e expansivo, segundo o autor, o poder seria indissolúvel, já que o fluxo e superação do poder não o esgotaria, pois é exercido de forma contínua, gerando apenas a alternância de seus detentores a partir da conquista, reprodução e expansão.

Dessa forma, a própria definição do poder, na perspectiva do “poder global”, se dá de forma dialética. Como o poder se define pelo seu fluxo, pelo seu exercício contínuo, e pela sua expansão, o poder também pode ser definido pela sua negação. A negação de poder a outras unidades de poder, em nosso caso, outros Estados. Tal movimento visa a superação em todos os níveis, os níveis próprios de poder, por meio da expansão, e de terceiros, por meio da negação. Nessa perspectiva o poder seria idêntico à sua própria acumulação, ou seja, poder é igual a mais poder, podendo ser representado esquematicamente por $P = +P$ (FIORI, 2014 p. 18-20).

A lógica de poder como uma finalidade e a centralidade da guerra, nos permite inferir que o sistema interestatal está mais para o conflito e a competição do que para a cooperação entre os Estados. Mesmo a cooperação entre as potências líderes do sistema interestatal, tanto no período Pós-Segunda Guerra Mundial, quanto nas duas primeiras décadas do século XXI, surgiram a partir do conflito bélico ou da ameaça de serem alvos de ataques terroristas como fora os EUA no ano de 2001.

Entretanto, essa cooperação relacionada à ameaça se desfez na medida em que os objetivos geopolíticos foram se apresentando de forma mais evidente. No primeiro caso, derrotadas as potências do Eixo, as atenções logo se voltaram à instituição de um inimigo que ameaçava como potência militar e reunia uma combinação de fatores geográficos e políticos peculiares. A combinação de tais fatores militares, geográficos e políticos que representou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) mantiveram desde então a Eurásia como elemento central no debate geoestratégico norte-americano (MELLO, 2015; PADULA, 20018). Fatores ainda presentes no que diz respeito ao posicionamento dos EUA na região, não só em relação à Rússia, mas sobretudo a Eurásia, apresentam-se como ponto central a partir do qual o paradigma de segurança nacional se estabeleceu.

Já no segundo caso, temos os desdobramentos da “Guerra ao Terror” como uma síntese do *Project for the New American Century* (PNAD) e do *Defense Planning Guidance* (DPG) a partir da Doutrina Bush, sua Guerra ao Terror e *Preemptive Strikes*, iniciados logo com a Guerra no Afeganistão e na invasão ao Iraque em 2003. Esta, mesmo após o veto do Conselho de Segurança da ONU. A ameaça terrorista permitiu que diversos tratados, convenções e acordos de cooperação fossem formados para conter a ameaça

terrorista, que posteriormente migraria do Afeganistão para o Iraque, e se concentraria ao redor da Eurásia.

Tomando como referência temporal o ataque as Torres Gêmeas, o cenário de crises geopolíticas e geoeconômicas avançou em maior ou menor medida desde então. Ainda que a primeira década possa ser visualizada como uma fase em que houve crescimento e expansão de alguns, uma sucessão de crises assolou a grande maioria dos países do sistema interestatal. Apresentando-se de forma mais significativa a partir da crise financeira iniciada em 2008 nos EUA, estendendo-se até a atual crise pandêmica do novo coronavírus.

Apesar da dinâmica das guerras e de uma pandemia global ter como resultado marcante um grande número de vítimas fatais, suas principais consequências foram tornar ainda mais evidentes as contradições econômicas, políticas e sociais relacionadas à globalização e ao multilateralismo como forma de superação de problemas mundiais. Hoje, passados mais de uma década após o início das crises globais iniciadas em 2008, temos a real noção de como ela intensificou as disputas entre as grandes potências, mais notadamente no tabuleiro eurasiático, entre os EUA, China e Rússia.

Diante de um contexto de crise generalizada, José Luís Fiori reafirmou a validade da lógica formulada por Fernand Braudel, segundo a qual: “o resultado de uma crise longa e generalizada foi sempre o de clarificar o mapa do mundo, de devolver brutalmente cada um a seu lugar, de reforçar os fortes e inferiorizar os fracos” (FIORI, 2001, p. 52). Baseados nesse amplo quadro maior de disputa de poder e liderança no sistema interestatal, que identificamos as principais barreiras ao arranjo multilateral para o enfrentamento das crises.

Em nossa concepção, as crises, quando não são consequência de tais arranjos, elas são rapidamente incorporadas à lógica da disputa interestatal e, mais precisamente no caso dos EUA, à lógica da segurança nacional. Tal entendimento, no entanto, vai de encontro às teorias que concebiam a potência líder como ordenadora do sistema. Nessas abordagens, junto à intensificação das relações no sistema interestatal, principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial, é esperado que surja uma potência “mundial” ou “hegemônica” atuando como ordenadora do sistema em benefício mútuo, ou ao menos de

seus aliados². Entretanto, a lógica é outra, podendo ser extraída de um dos geostrategistas que ainda ecoam no pensamento norte-americano, Nicholas Spykman. Segundo o autor (1942, p. 26):

O homem de Estado que conduz a política externa só pode tomar em conta os valores de justiça, equidade e tolerância na medida em que contribuam com os objetivos de poder ou enquanto não interfiram em tais objetivos. Ele pode utilizá-los como instrumento que, desde o ponto de vista moral, justifiquem sua aspiração de poder. Porém, deve rechaçá-los no momento em que sua aplicação se traduza em debilidade. Não se busca poder para alcançar valores morais, porém se utiliza valores morais para facilitar a aquisição de poder.

Dessa forma, Spykman prescreve que a ética do homem de Estado deve estar alinhada à lógica do poder como finalidade, idêntica a forma como fora tratada acima a partir da exposição da teoria do Poder Global. Nesse sentido, tanto os valores morais quanto a benevolência da potência hegemônica devem estar em função do poder, e de seu acúmulo. Ao invés do equilíbrio, a busca pelo desequilíbrio via acúmulo de poder relativo deve ser o movimento esperado pelo Estados, a partir de seus operadores.

Portanto há um homem de Estado conduzindo os meios de poder ou influenciando se forma significativa sua condução, mais precisamente homens de Estado, conforme trataremos no quarto capítulo. Segundo Fiori, o movimento competitivo da lógica de disputa de poder acontece pela dialética do ordenamento e desordenamento do sistema interestatal. A organização do sistema visa permitir a competição, pois há de existir Estados competitivos para que a lógica de acúmulo de poder seja possível, já a desorganização é o mecanismo a partir do qual a prevalência perante outros Estados é exercida.

O movimento contínuo pela busca e acúmulo de poder, portanto, tem como consequência a intensificação da competição interestatal. Como já fora destacado por Fiori (2014), no sistema interestatal capitalista não há espaço para um império único, há,

² Tal modo de pensar o sistema pode ser representado pelos adeptos da Teoria da Estabilidade Hegemônica, liderada pelo pioneiro Charles Kindleberger, assim como Robert Gilpin e Stephen Krasner, em uma perspectiva mais realista (COHEN, 2008, P. 68).

na verdade, um movimento contínuo pela sobreposição de Estados fortes, ou potências globais, perante as potências regionais e os demais Estados.

Nesse sentido, a perspectiva do “poder global”, anteriormente descrita, concebemos os Estados líderes ou hegemônicos como os grandes desestabilizadores do sistema. Tal ímpeto desestabilizador está relacionado diretamente a característica mais intrínseca do poder, sua expansividade. Para se manterem à frente dos demais Estados, eles precisariam desafiar continuamente as regras e instituições, muitas vezes estabelecidas por eles próprios, visando sua contínua expansão e acúmulo de poder relacional. Porém, sem destruir totalmente seus adversários. Essa busca visa a manutenção de uma margem de segurança, o fortalecimento e o balanceamento de poder frente aos demais Estados. Envolvendo, para isso, outros meios além da guerra, conforme ressaltou Spykman (1942, p. 18-19):

Como o poder é, em última instância, o poder de fazer a guerra, os Estados sempre dedicaram esforços consideráveis à construção de estabelecimentos militares. Mas o poder relativo dos Estados depende não apenas das forças militares, mas de muitos outros fatores: como o tamanho do território, a natureza das fronteiras, o tamanho da população, a ausência ou presença de matérias-primas, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a solidez financeira, a homogeneidade étnica, a integração social efetiva, a estabilidade política e o espírito nacional. Na luta pelo poder, esses itens tornam-se importantes objetivos secundários. *Eles têm valor em si mesmos e são meios para o poder.*

Tal percepção depende da observação de um quadro mais amplo de disputa de poder. Nele, as disputas ocorrem a partir de várias dimensões, que funcionam, sobretudo, como um meio próprio de exercício de poder e está presente em todas suas dimensões clássicas. Tanto no que diz respeito a condução política em sua última instância, a guerra, quanto a outros meios de poder. Não há segurança real em ser tão forte quanto um inimigo em potencial. Apenas há segurança quando se é um pouco mais forte. Não há possibilidade de ação se a força de alguém for totalmente verificada. A chance de uma política externa positiva reside na margem de poder, e na possibilidade desta margem ser usada livremente (SPYKMAN, 1942, p. 21)

1.2 As multidimensões do poder

Nesse quadro de disputas de poder, o que Spykman denominou meios de poder, seja relacionado à intensidade da observação ou à utilização, são mais observáveis nos principais tabuleiros geopolíticos. De forma central ou intermediária, eles dialogam com fontes variadas, sobretudo as derivadas da geografia e a disponibilidade de recursos. Portanto, tomando como ponto de partida a finalidade tautológica de poder pelo poder, a estratégia para assegurar a hegemonia no sistema interestatal passa a ser a autopreservação do Estado, principalmente, a partir da busca e da manutenção de uma margem superior de poder em relação aos seus adversários. Segundo Ricardo Zortéa (2018, p. 46), esse movimento de busca pela autopreservação se identificaria com a própria ideia de soberania.

Para Zortéa, o ponto desencadeador dessas disputas está relacionado à recusa de um Estado à subordinação a outro e o início de uma tentativa de [des]equilíbrio ou supremacia estratégica frente ao Estado líder. O que se aplica também, em nosso modo de compreensão da dinâmica, aos Estados que detém tal supremacia e buscam mantê-la, ou negar meios de poder aos seus adversários diretos ou indiretos de acordo com sua estratégia. Como dito anteriormente, a dialética do poder está tanto na expansão quanto na negação aos seus adversários

Essa disputa pela manutenção do poder e recusa à subordinação resulta em uma interação de competição e muitas vezes em conflito. No entanto, partindo-se do princípio de que a guerra é um fenômeno muito mais abrangente que o conflito armado, ela existirá, quando houver choque de vontades (COSTA, 2018, p. 19). Dessa forma, considerando as várias dimensões possíveis de imposição da vontade, a dialética da imposição e da recusa à subordinação poderá ocorrer por dimensões variadas de poder. Foi essa dinâmica conflitiva, que relacionara vários Estados e demais atores nas esferas pública e privada por vínculos de ameaça recíproca, que Ricardo Zortéa (2018) denominou *guerra multidimensional*.

O aspecto mais singular da interpretação da disputa de poder a partir da lógica multidimensional, é o fator de coesão estratégica. Isso quer dizer que disputa de poder pela via estratégica multidimensional é conduzida a partir da definição de de um adversário direto, um inimigo. Posteriormente, tal inimigo é simbolizado a partir de

ameaças a preservação do Estado, dos elementos nacionais, do seu povo, de sua soberania. Ultrapassando, assim, os elementos puramente militares, políticos e econômicos, e avançando sobre valores que transcenderiam o Estado em si. É a partir da definição de um inimigo comum, portanto, que a disputa de poder se direciona e permite a conquista de aliados além do plano nacional, operacionalizando, posteriormente, valores, ideias, concepções sociais, políticas, econômicas e filosóficas em seu favor.

A estratégia presente na guerra multidimensional, aproxima-se das visões mais recentes a respeito da guerra, de uma forma mais ampla e complexa do que a guerra tradicional, como na “guerra informacional” (LIND, 1989), na “guerra híbrida” e “revoluções coloridas” (HOFFMAN, 2007; KORYBKO, 2018), na “guerra neocortical” (SZAFRANSKI, 2007) e “cognitiva/cismogénica” (LEIRNER, 2020). Tal amplitude foi sintetizada por Darc Costa (2018, p.18):

Política, estratégia e poder estão sempre conjugados em qualquer ação humana. A política é a arte de estabelecer objetivos. A estratégia é a arte de se empregar o poder para se alcançar os objetivos colocados pela política. O poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos.

Uma conjunção de meios que envolvem um amplo espectro de possibilidades que vão além dos meios comuns de condução de política externa, como a diplomacia e a guerra. Diante da complexidade das relações interestatais, apesar da centralidade da guerra como conflito violento movimentar toda uma cadeia industrial e econômica, a imposição da vontade deve, preferencialmente, utilizar-se de meios não violentos. Esse seria o ápice da habilidade na condução da guerra. Para isso, diversos instrumentos seriam utilizados como meios de alcançar os objetivos de imposição da vontade dentro de uma estratégia multidimensional. Entre eles, além dos tradicionais instrumentos militares, o uso de instrumentos econômicos e sobretudo informacionais.

As dimensões clássicas de poder constituíam, basicamente, as esferas que Edward Hallett Carr (2001) denominou poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião. No mesmo sentido, considerando estruturas de poder militar, econômicas, financeiras ou materiais, sobre o conhecimento e as ideias estiveram Susan Strange (1994) e Robert Cox (1996). Ainda que com a clareza de que todas essas dimensões de poder são

interpenetradas de alguma forma e, portanto, inseparáveis. A abstração e isolamento de tais dimensões, trata-se, apenas de um recurso para facilitar a interpretação e análise dos elementos preponderantes. Tal visão e recurso se aplicam diretamente ao nosso objeto.

Da mesma forma entendemos que o poder, apesar de se manifestar de forma interpenetradas, a separação em dimensões nos permite uma visualização do meio preponderante a partir do qual ele se propaga. O poder militar, não pode ser analisado em detrimento do econômico, que muitas vezes o financia, mas a manifestação do poder militar em uma guerra é mais visível e indesejável que sanções financeira. Assim como as sanções econômicas, muitas vezes se apoiam no poder militar do Estado para serem cumpridas. No mesmo sentido esta o poder sobre a opinião.

Para Edward Carr, a questão não se resume ao direito por expressar uma opinião. Mas, sobretudo, se a opinião expressada pela grande massa do povo teria algum sentido próprio, dada a influência de inúmeras formas de propaganda, muitas vezes dirigidas por interesses estatais e propagadas pelo rádio, cinema e pela TV (CARR, 2001, p. 178). Assim como todas as outras dimensões de poder, moldar a opinião e a vontade é um objeto de intensa atuação dos Estados, e que, na visão do autor, dada as tecnologias a partir do qual se difundem, encontrariam limites exclusivamente financeiros. Entretanto, contrapondo-se a capacidade de agência, Carr ressalta que o poder absoluto sobre a opinião encontraria outros limites, como a necessidade de relação entre os fatos. Esse aspecto de convencimento e relação entre a negação do fato e a participação da de agência é explorado pela Inteligência de Segurança Nacional sob o termo negação plausível, que será apresentado mais adiante ao tratarmos das ações encobertas.

A discussão apresentada a partir de uma visão mais multidimensional, busca uma aproximação da teoria às estruturas a partir das quais o Eixo Político-Estratégico da Segurança Nacional encontra-se atualmente estabelecido. E que tem a Inteligência de Segurança Nacional, como uma expressão tática operacional, que por vezes, funciona com um elemento que conectam as dimensões ontológicas, estratégicas e táticas a partir do eixo político-estratégico da segurança nacional.

1.3 A Segurança Nacional como eixo estratégico

O eixo central da política de poder dos Estados Unidos, assim como de elaboração e execução da sua política externa é a segurança Nacional. Conforme veremos mais adiante, tanto o plano internacional quanto o plano doméstico estão intimamente relacionados a partir do Eixo Político-Estratégico da Segurança nacional, principalmente a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme ressaltou G. John Ikenberry (2011, p. 22):

Os Estados Unidos surgiram em meados do século XX como o estado mais poderoso do mundo. Tinham o poder não apenas de perseguir seus interesses, mas de moldar o ambiente global. Fizeram escolhas estratégicas, desdobraram seu poder, construíram instituições, forjaram parcerias e produziram uma ordem em expansão. Uma ordem com muitas partes, características e camadas — globais, regionais, econômicas, políticas, militares, sociais e ideológicas.

A implementação desse eixo estratégico apresenta-se diretamente geolocalizada, tratando-se, portanto, de uma geoestratégia. A partir da Segunda Guerra Mundial, ela adota a lógica de contenção do poder terrestre pelo poder naval de Halford Mackinder e sua teoria do Heartland. Posteriormente, tal visão foi sendo adaptada às realidades por Nicholas Spykman no que diz respeito às bordas continentais da Eurásia e a vantagem de um poder anfíbio, com vantagens e capacidades terrestres e marítimas.

Porém, se realizarmos um movimento de voltar no tempo e buscar as origens da discussão sobre eixo político-estratégico da segurança nacional, nos remeteríamos aos *Federalist Papers*. Neles, já havia um movimento claro pela proteção e desenvolvimento da indústria e da capacidade militar, conjuntamente, visando sua prosperidade, isso seria:

“Um novo meio de influir sobre o procedimento das nações europeias para conosco seria o estabelecimento de uma marinha comum [...] Seria preciso não só pagar a nossa aliança, mas mesmo a nossa neutralidade. Assim, a conservação de uma União indissolúvel nos fará, dentro de pouco, os árbitros da Europa na América e nos porá em estado de fazer pender a balança de poder,

entre duas nações europeias para o lado que mais convier aos nossos interesses.” (HAMILTON, *et al*, 2003 , p. 118-119).

Nesse debate, também era possível identificar o desejo de estabelecer o controle no continente americano e a partir do desenvolvimento das capacidades econômicas industriais para fins militares, ser capaz de figurar como o árbitro entre o velho e o novo mundo, entre o continente americano e o europeu. De todo modo, a centralidade desse eixo político-estratégico de Segurança Nacional como ele se apresenta atualmente, foi sendo melhor definida a partir da ascensão dos EUA como potência Pós-Segunda Guerra Mundial e o sistema criado a partir dessa guerra como expressão do poder estadunidense.

Conforme Cristina Pecequilo (2012, p. 4) destacou, o sistema político norte-americano no qual política doméstica e internacional se misturam, caracterizaram um sistema político transnacional e transgovernamental no qual o EUA se posicionaram como núcleo. No que diz respeito ao núcleo de formulação e execução político-estratégica, a institucionalização do Eixo Político-Estratégico de Segurança Nacional se deu nos primeiros momentos do Pós-Segunda Guerra, com o *National Security Act* de 1947. A lei de Segurança Nacional estadunidense, estabeleceu as bases para a manutenção de um estado de guerra constante, pela via da guerra e, sobretudo, da não guerra.

A percepção de que a partir de 1947, com a promulgação da Lei, a Segurança Nacional passa a figurar como eixo estratégico pode ser inferida da leitura da função da instituição que centraliza as decisões relacionadas à essa temática, o *National Security Council* (NSC). Segundo o *National Security Act*:

A função do Conselho será aconselhar o Presidente no que diz respeito à integração das políticas internas, externas e militares relativas à segurança nacional, de modo a permitir que os serviços militares e os outros departamentos e agências do Governo cooperem mais eficazmente nos assuntos que envolvam a segurança nacional.

Portanto, o NSC consiste no principal fórum de assessoramento do presidente dos EUA para a formulação de políticas e tomada de decisões relacionadas à segurança nacional e integração entre a política doméstica e política externa. Se no núcleo do sistema internacional liderado pelos EUA a partir do pós-Guerra está posicionado os EUA, no

núcleo estadunidense passa a figurar a segurança nacional, institucionalizada a partir da publicação do *National Security Act*.

De todo modo, assim como o poder, o termo “segurança nacional” deve ser compreendido como um conceito polissêmico, que se amplia na medida em que novos desafios são percebidos e “securitizados”. Passando a abranger, dessa forma, temas relacionados à coordenação entre política interna e externa, bem como à segurança nacional, à segurança econômica, à segurança sanitária e à segurança ambiental, entre outros.

A visualização da securitização dos temas pode ser observada na própria mudança institucional que vai ocorrendo no NSC, o principal fórum de assessoramento político e manutenção do eixo Político-Estratégico da Segurança Nacional, estrutura-se a partir de dimensões próximas às dimensões clássicas de poder, citadas acima. Estando presentes as dimensões militares, econômicas e do conhecimento, subdivididas em órgãos e departamentos.

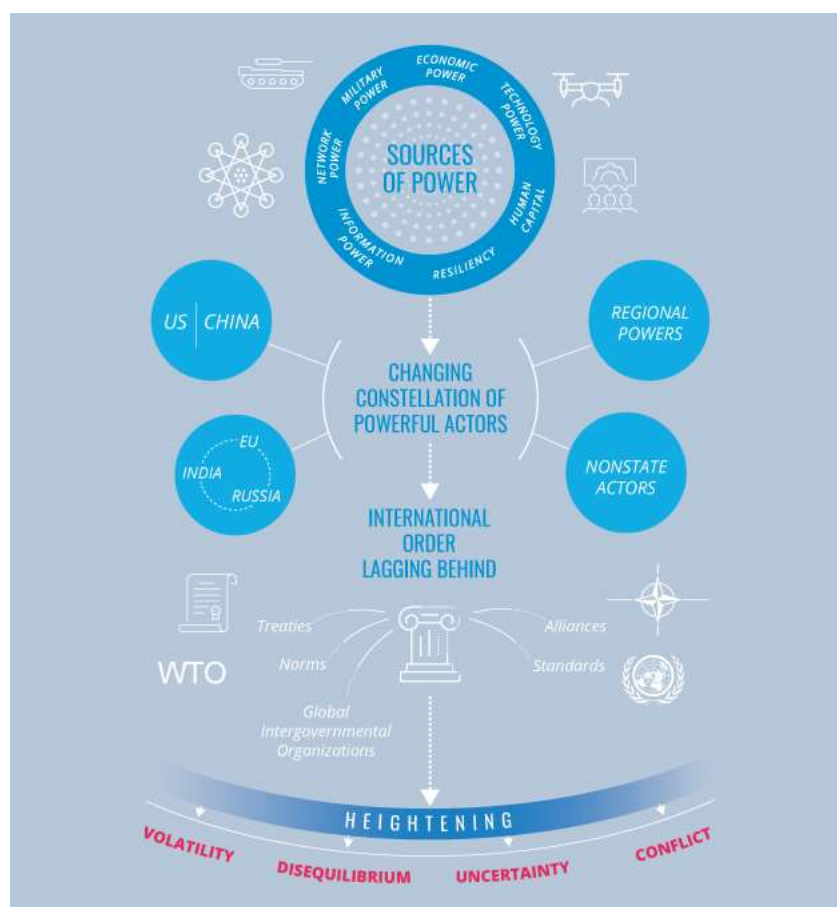
Segundo a Lei de Segurança Nacional, O NSC é presidido pelo presidente dos EUA. Atualmente, os componentes regulares do NSC são o Vice-Presidente, o Secretário de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário de Defesa, o Secretário de Energia, o Procurador-Geral, o Secretário de Segurança Interna, o representante dos EUA junto a Organização das Nações Unidas (ONU), o administrador da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o chefe de gabinete do Presidente e o Conselheiro de Segurança Nacional. O presidente do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é o conselheiro para assuntos militares e o Diretor de Inteligência Nacional (DNI) é o conselheiro para assuntos relacionados à Inteligência Nacional.

A própria estrutura organizacional do NSC nos fornece elementos de como a Segurança Nacional, por meio da qual entendemos o eixo central político-estratégico, está estabelecida a partir de multidimensões de poder. Segundo a Lei de Segurança nacional dos EUA, tais dimensões reúnem a diplomacia representada pelo Secretário de Estado; as forças armadas representadas pelo Secretário de Defesa e pelo Presidente do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a aplicação da lei representada pelo Procurador Geral; a economia, finanças e moeda, representadas pelo Secretário do Tesouro; e a

energia, inclusive os hidrocarbonetos e energia nuclear, representados pelo Secretário de Energia.

Todas essas dimensões são reconhecidas como fontes de poder dos EUA, conforme demonstrado pela Figura 1. A imagem extraída de um documento formulado por um órgão encarregado de representar a Comunidade de Inteligência (CI) dos EUA, e que se propõe como elemento norteador para a formulação da *National Security Strategy* (NSS) dos EUA. O documento traz como fontes o poder militar, o poder econômico, dois outros poderes que discutiremos mais a frente ao relacioná-los mais especificamente à atividade de inteligência, o poder informacional e o poder em/da rede, associando a tais fontes de poder, como fontes para os desafios futuros encontram-se a resiliência e o capital humano.

Figura 1: Fontes de Poder



Fonte: *Global Trends 2040* (ODNI, 2021, p. 91)

Atualmente, a estratégia formulada a partir do eixo político estratégico da segurança nacional deve ser expressa por meio *National Security Strategy* (NSS). Que deve estabelecer a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos e incluir uma descrição abrangente sobre os interesses, metas e objetivos mundiais dos Estados Unidos que são vitais para sua segurança; sua política externa, seus os compromissos mundiais e as capacidades de defesa nacional dos Estados Unidos necessárias para deter a agressão e implementar a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos.

A NSS também deve apresentar propostas para o uso, no curto e no longo prazo, de suas dimensões de poder visando a proteção e projeção de seus interesses. Ou seja, dos elementos políticos, econômicos, militares e outros elementos do poder nacional dos EUA, para proteger ou promover os interesses, assim com para alcançar as metas e objetivos apresentados em suas estratégias.

Também deve conter uma avaliação da adequação das capacidades dos EUA para levar a cabo sua estratégia de segurança nacional, incluindo uma avaliação do equilíbrio entre as capacidades de todos os elementos de poder visando sua implementação. Além de outras informações que possam ser necessárias para ajudar a informar o Congresso sobre assuntos relacionados à estratégia de segurança nacional. Cada relatório de estratégia de segurança nacional deve ser transmitido de forma classificada e não classificada.

Nesse sentido, a NSS pode ser compreendida com a representação do paradigma estratégico de segurança nacional, externalizado em um documento estratégico. Como tal, ela não cumpre apenas o papel de orientar toda a comunidade de Segurança Nacional, atua, inclusive, na especificação a ser implementado a partir do eixo político-estratégico em relação a cada uma das dimensões de poder. Sobretudo, por meio da definição das ameaças que, conforme discutimos mais acima, promovem o fator de coesão estratégica necessário para a condução do conflito multidimensional.

No que diz respeito ao papel desempenhado pela Inteligência de Segurança Nacional em âmbito político-estratégico, destacamos dois documentos. O primeiro tem como objetivo apresentar os cenários futuros que poderão ser enfrentados pelo governo e pelos cidadãos norte-americanos, os *Global Trends*. Publicado pelo *National Intelligence Council* a cada quatro anos desde 1997, ele avalia as principais tendências e incertezas

que moldarão o ambiente estratégico para os Estados Unidos durante os próximos 20 anos. Visa, inclusive, nortear a própria elaboração das NSS ao apresentar os cenários possíveis de enfrentamento e disputa de poder interestatais, com base no eixo político-estratégico da segurança nacional, fornecendo, assim, elementos que cumprem o papel de fator de coesão estratégica, pois os principais desafios apresentados são estatais ou relacionados a atuação de seus adversários.

O segundo documento visa adequar a Comunidade de Inteligência à Estratégia de Segurança Nacional dos EUA. Implementado após as reformas posteriores aos ataques terroristas em solo americano/, a *National Intelligence Strategy* (NIS):

“fornece à Comunidade de Inteligência, sob direção do Diretor de Inteligência Nacional (DNI) a estratégia para os próximos quatro anos. Ela dá suporte as prioridades de segurança nacional delineadas na *National Security Strategy*, bem como outras estratégias nacionais. Ao executar a NIS, todas as atividades da Comunidade de Inteligência devem oferecer respostas às prioridades da segurança nacional [...] nós avançaremos nossa segurança nacional, força econômica e superioridade tecnológica, oferecendo soluções diferenciadas e oportunas, percepções claras, objetivas e independentes; nós alcançamos acesso inigualável às informações protegidas e, com isso, excelente compreensão das intenções e capacidades de nossos adversários; nós manteremos consciência global para fornecer alertas estratégicos; e nós alavancamos o que os outros fazem bem, agregando valor único para a Nação.” (USNIS, 2019)

Como podemos perceber, a NIS dialoga diretamente com a NSS e, a partir dela, visa fornecer capacidade de projeção e manutenção de poder nas mais diversas dimensões, inclusive as tradicionais dimensões militar e econômica. Além disso, visa prover àquilo que denominamos de consciência situacional para o Governo dos EUA, sem deixar de lado o papel que congrega o fator de coesão estratégica representado pela definição clara do inimigo, seu papel ao monitorá-lo e alertar as autoridades sobre as ameaças globais.

Diante disso, após analisarmos o poder sob uma perspectiva ontológica e estratégica, a partir do qual ele representaria um fim em si, estruturando-se na política norte-americana por meio do eixo da Segurança Nacional e de que forma a Inteligência atua na ótica do eixo político-econômico da segurança nacional, pretendemos analisar o que em nossa visão representa um importante mecanismo estatal para acumulação e expansão do poder: a Inteligência de Segurança Nacional.

Essa perspectiva assume papel de destaque, especialmente devido à conexão da Inteligência de Segurança Nacional com os órgãos do Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Nesse sentido, entendemos que a inteligência opera como uma espécie de “fio condutor”, que interconecta as dimensões ontológicas e estratégicas, permitindo a execução tática da política de Segurança Nacional dos EUA. Mais que um interconector, a Inteligência de Segurança Nacional está presente de forma simultânea em todas elas, reforçando a perspectiva ontológica acumulativa de poder, a estratégica, movida a partir da definição de ameaças à segurança nacional, e a tática, que se desdobra a partir de múltiplas dimensões.

2- INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Inteligência de Segurança Nacional como disciplina acadêmica, é relativamente nova. O seu foco dos estudos está direcionado ao lado oculto do governo: as agências secretas, que fornecem informações relacionadas à segurança nacional para seus consumidores, os formuladores políticos, e conduzem outras operações secretas de coleta de informações e ações encobertas em seu nome³ (JOHNSON, 2010 p. 3).

A literatura sobre Inteligência de Segurança Nacional intensificou sua produção a partir da década de 1970, tanto nos EUA como em outros países. No caso dos EUA, o principal estímulo foi a preocupação geral com os escândalos relacionados à espionagem doméstica ilegal, divulgadas entre 1972 e 1975, assim como os escândalos relacionados às ações encobertas Iran-contras, que veio a público na década de 1980.

Entretanto, ainda que a partir desse período tenha surgido revistas especializadas sobre o tema, como o *Journal on Intelligence; Cryptologia; The International Journal of Intelligence and Counterintelligence; e Intelligence and National Security*, distribuídas no eixo anglo-saxão (EUA-Reino Unido), a disciplina, apesar de ter amadurecido na consciência pública, assim como entre jornalistas, *think tanks*, universidades e formuladores políticos, é considerada órfã no meio acadêmico tradicional (ZEGART, 2007).

O objetivo principal deste capítulo é apresentar Inteligência de Estado, que no caso dos EUA encontra-se diretamente estruturada a partir de eixo político-estratégico da segurança nacional. Para tanto, apresentaremos na primeira sessão o conceito de atividade de inteligência e o que se espera a partir dessa atividade.

A segunda sessão fornecerá alguns paradigmas interpretativos a partir do qual a Inteligência de Segurança nacional pode ser visualizada e compreendida. Entre eles estão: a inteligência como instituição, a partir do qual apresentaremos a Comunidade de Inteligência dos EUA.

³ Apresentaremos mais à frente, o escopo da atividade de inteligência, assim como a definição dos termos relacionados a essa atividade.

Posteriormente, apresentaremos o paradigma que compreende a inteligência como um processo: o ciclo de inteligência. Este processo nos permite conectar a atividade de inteligência à política, pois inicia a partir de uma requisição dos formuladores políticos e encerra com a entrega e avaliação do produto requerido.

Na terceira e última sessão deste capítulo abordaremos nosso objeto a partir do paradigma que nos permite compreender a inteligência como um produto, ou seja, aquilo que de fato é entregue às autoridades. Discutiremos de que forma o produto de inteligência visa dar suporte a objetivos de política externa dos EUA. Em nossa compreensão, a análise de inteligência e as ações encobertas, são o meio a partir do qual a Inteligência de Segurança Nacional atua como meio de projeção de poder entre a diplomacia e a guerra.

2.1 A atividade de inteligência

Em termos simples e amplamente referidos pela literatura e pelos documentos oficiais, o principal objetivo da inteligência seria prover os formuladores políticos de “informações para a tomada de decisão” (JOHNSON, 2010; LOWENTHAL, 2020), assim como “eliminar ou reduzir a incerteza dos tomadores de decisão” (CLAPPER, 1995 p.3). Dessa forma, quanto mais efetiva, compreensível e tempestiva for a informação, maiores seriam as possibilidades que esta inteligência conduzisse os formuladores políticos e dirigentes à melhores decisões.

Segundo a *Executive Order 12333* (USODNI, 2020, p. 693), a razão de ser da atividade de Inteligência de Segurança Nacional é fornecer informações oportunas, precisas e perspicazes ao presidente, comandantes militares, entre outras autoridades, sobre as atividades, capacidades, planos e intenções de potências, organizações, pessoas estrangeiras e seus agentes. Informações essenciais para a segurança nacional dos Estados Unidos.

Segundo Johnson (2010, p. 5), a definição de inteligência também está relacionada ao passado, presente e futuro. Em um documento oficial de 1991, portanto no início do momento unipolar de poder Pós-guerra Fria, a CIA teria definido a Inteligência como o “conhecimento e a previsão do mundo ao nosso redor - o prelúdio para a decisão e ação presidencial”. Isso, no entanto, aponta para a definição de Inteligência como uma espécie de “consciência situacional”.

Nesse sentido, a Inteligência de Segurança Nacional, não apenas os olhos da presidência, mas sobretudo o seu modo de compreensão do mundo. Ou seja, a compreensão dos eventos e condições mundiais enfrentadas pelo seu chefe de Estado, seus formuladores políticos, diplomatas e comandantes militares, assim como a previsão dos possíveis cenários futuros. Tal definição é ressaltado no *Global Trends 2040: a more contested world*, um documento oficial produzido pelo *National Intelligence Council*, instituição ligada diretamente ao Diretor de Inteligência Nacional dos EUA, abaixo transcrita:

O *Global Trends* foi projetado para fornecer uma estrutura analítica para os formuladores de políticas no início de cada administração, à medida que elaboram a estratégia de segurança nacional e navegam em um futuro incerto. O objetivo não é oferecer uma previsão específica do mundo em 2040; em vez

disso, nossa intenção é ajudar os formuladores de políticas e os cidadãos a ver o que pode estar além do horizonte e se preparar para uma série de futuros possíveis (USODNI, 2021b)

Nesse sentido, temos, não só a “consciência situacional” e o “prelúdio da ação” presidencial, assim como um documento de inteligência que tem como justificativa promover uma visão possível do futuro tanto para os formuladores de políticas, quanto para os cidadãos. Fornecendo a eles informações que podem estar “além do horizonte de análise”, já que a inteligência lida com informações não disponíveis a todos, o que no jargão da inteligência é referenciado como: dado aberto. A inteligência, portanto, busca informações a partir de dados negados.

A partir dessa função de consciência situacional e visão de futuro, podemos relacionar outro papel importante cumprido pelo Global Trend. Com ele, também é estabelecido o cenário futuro que visa a permitir o fator de coesão estratégica, requisito necessário para a disputa de poder por vias multidimensionais. Ela apresenta um cenário internacional mais contestado, incerto e propenso ao conflito; uma sociedade desiludida, [des]informada e dividida; uma dinâmica de tensões, turbulências e transformações estatais.

De todo modo, para que possamos ter uma definição mais técnica do que seria a Inteligência de Segurança Nacional, podemos pensá-la como uma série de missões. Todas, conduzidas por suas instituições, agências de inteligência ou departamentos, até mesmo empresas terceirizadas, que lidam diretamente com a atividade de inteligência dentro de uma área específica. Nesse sentido, teríamos como missões 1-) o “ciclo de inteligência” – representado pelo planejamento/requisição; coleta; processamento e exploração; análise e produção; disseminação e consumo; e avaliação da inteligência⁴ – 2-) a contrainteligência; e 3-) as operações ou ações encobertas. Missões que também são sintetizadas pelo uso do termo “atividade de inteligência”.

⁴ Optamos por apresentar o “ciclo de inteligência” de Mark M. Lowenthal (2020, p. 67), por englobar elementos não tão comuns, mas que permitem uma maior visibilidade da conexão entre inteligência e política, ainda que em uma perspectiva idealizada. Porém, muitos autores optam por apresentar o ciclo de inteligência apenas com os seguintes componentes: coleta/reunião, análise/produção, disseminação e consumo, excluindo a etapas de requisição e avaliação, mais relacionadas à autoridade política e não à atividade de inteligência propriamente dita.

No que diz respeito à atividade de Inteligência ou Inteligência relacionada à Segurança Nacional, a *Executive Order 12333* (USODNI, 2020, p. 718) considera *intelligence activity* toda a inteligência produzida, independentemente da fonte da qual deriva e incluindo informações coletadas dentro ou fora dos Estados Unidos, e que envolva ameaças aos Estados Unidos, seu povo, propriedade ou interesses; o desenvolvimento, proliferação ou uso de armas de destruição em massa; ou qualquer outro assunto relacionado à segurança nacional ou interna dos Estados Unidos.

As duas principais regulamentações da Segurança Nacional e Atividade de Inteligência, o *National Security Act of 1947* (USODNI, 2020, p. 26), e a *Executive Order 12333* (USODNI, 2020, p. 716) apresentam as definições para os termos utilizados em seu texto. Segundo o documento, por *Intelligence* devemos compreender *foreign intelligence* e *counterintelligence*. Por *foreign intelligence*, compreende-se as informações relacionadas às capacidades, intenções e atividades dos governos estrangeiros e seus elementos, organizações estrangeiras, pessoas estrangeiras, terroristas internacionais. Já *Intelligence Activities* incluem todas as atividades que os elementos da Comunidade de Inteligência estão autorizados a realizar de acordo com estes regulamentos.

Contrainteligência, segundo a *Executive Order 12333* (USODNI, 2020, p.716) compreende toda as informações coletadas e atividades realizadas para identificar, enganar, explorar, interromper ou proteger contra a espionagem, outras atividades de inteligência, sabotagem ou assassinatos realizados por ou em nome de potências, organizações ou pessoas estrangeiras, seus agentes, ou organizações terroristas internacionais e suas atividades.

No que diz respeito às ações encobertas, estão compreendidas a atividade ou atividades do Governo dos Estados Unidos para *influenciar as condições políticas, econômicas ou militares no exterior, onde se pretenda que o papel do Governo dos Estados Unidos não seja aparente ou reconhecido publicamente*⁵, mas não inclui: atividades cujo objetivo principal é adquirir inteligência e atividades tradicionais de

⁵ Mais adiante, junto aos novos tipos de guerras e a guerra informacional, abordaremos as ações encobertas de forma mais detalhada, por se tratar de uma atividade muito peculiar da política externa norte-americana e que dialoga, em nosso entendimento, diretamente com as atividades que recentemente ficaram conhecidas como Guerra Híbrida. Entretanto, no caso específico das operações encobertas, pela via da não guerra ou da guerra não declarada.

contrainteligência; atividades diplomáticas ou militares tradicionais; e atividades tradicionais de aplicação da lei (USODNI 2020, p 126; e p. 715-716, grifo nosso). Portanto, a própria definição de *covert action* a exclui do escopo de atividade tradicionais de inteligência. Porém, como executada por uma de suas agências, inclui-se como tal atividade dada a definição acima.

Entretanto, entendemos que o enfoque mais instrumental da inteligência, enfatizando um aspecto mais burocrático-formal, privilegia o modo de pensar a atividade muitas vezes provenientes do eixo anglo-saxão, principalmente dos EUA e do Reino Unido. Tal enfoque, em nosso entendimento, deixaria de lado a os aspectos mais diretos e que nos permite interpretar a atividade de inteligência como meio de projeção de poder.

Além disso, entendemos que esse modo de pensar a inteligência justifica e naturaliza os efeitos adversos relacionados às relações de poder, ocultando as reais finalidades da atividade executadas pela inteligência no exterior, que permanecem generalizadas no termo segurança nacional.

As abordagens mais burocrático-formais são comuns na literatura, de forma usual abordam as crises geradas pela atividade, muitas vezes a partir de um enfoque institucionalista, no qual se discute mais as falhas de eficiência e profissionalização, do que o uso da atividade no contexto do sistema interestatal e das relações de poder (CEPIK, 2014, 531). Visando oferecer um contraponto a tais formas de abordagem e compreensão da atividade de inteligência, apresentaremos alguns paradigmas interpretativos para análise da Inteligência de Segurança Nacional no escopo das relações de poder interestatais.

2.2 Paradigmas Interpretativos da Inteligência de Estado

A inteligência, tendo em vista as missões abordadas acima – ciclo de inteligência, contrainteligência e ações encobertas, poderia ser visualizada a partir de alguns paradigmas interpretativos. Um primeiro paradigma ou modo de visualização, seria a o ponto de vista que considera a inteligência a partir de sua forma institucional, ou seja, a Inteligência como organização ou instituição. Por meio dessa abordagem, pensamos a Inteligência em função das unidades que conduzem suas várias funções. Alternativamente, a inteligência pode ser vista como um processo, o fluxo explicativo do modo como os mais diversos tipos de informação é requisitado, coletado, analisado e disseminado, assim como, o processo a partir do qual certos tipos de operações e ações encobertas são requisitadas e conduzidas. Uma outra forma de visualizar a inteligência é compreendê-la como um produto, ou seja, como o resultado da análise de inteligência e das operações de inteligência propriamente ditas.

2.2.1 A Comunidade de Inteligência

A inteligência é comumente vista nas análises, assim como nas discussões no campo da Economia Política Internacional como organização. Isto é, a partir do paradigma institucional. Nesse sentido, no que diz respeito à inteligência dos EUA, as análises estão normalmente reduzidas à uma única instituição, a *Central Intelligence Agency* (CIA).

Essa redução da Comunidade de Inteligência dos EUA (CI) à uma de suas instituições não é, todavia, sem razão. A CIA ocupou lugar de destaque, desde sua criação. A Agência foi criada junto com a institucionalização do eixo político-estratégico norte-americano de Segurança Nacional, a partir da promulgação do *National Security Act of 1947*. O embrião de todo o moderno aparato de Segurança Nacional dos EUA.

Na prática, porém, a CIA não foi criada com a publicação da Lei de Segurança Nacional, pois ela já operava por meio do *Office of Strategic Services* (OSS) durante a Segunda Guerra Mundial. A OSS, que fora dissolvida pelo presidente Henry Truman em 1945, fora desmembrada entre o Departamento de Estado, que ficou incumbido de

desenvolver *Research and Intelligence*, uma espécie de inteligência aberta, e o Departamento da Guerra, que ficara incumbido das ações encobertas, da atividade de inteligência secretas e da contraespionagem, executadas pela *Strategic Services Unit* (SSU).

Posteriormente, por meio de uma *President's Directive* em 22 de janeiro de 1946, foi criado o *Central Intelligence Group* (CIG), como *National Intelligence Authority* (WARNER, 1996, 116). O CIG reuniu tanto as competências de ser um órgão civil, como o Departamento de Estado, quanto a de realizar ações encobertas e conduzir a inteligência e contraespionagem secretas, anteriormente conduzidas no âmbito do Departamento da Guerra. Portanto, o CIG é o predecessor direto do que veio ser a CIA a partir de 1947.

Porém, como adiantado acima, a Comunidade de Inteligência, aquilo que Lowenthal (2020) considerou ser “o maior, mais rico e mais multifacetado empreendimento de inteligência do mundo”, operam a partir das várias dimensões de poder, identificadas diretamente com o NSC e, portanto, com o eixo político-estratégico da Segurança Nacional.

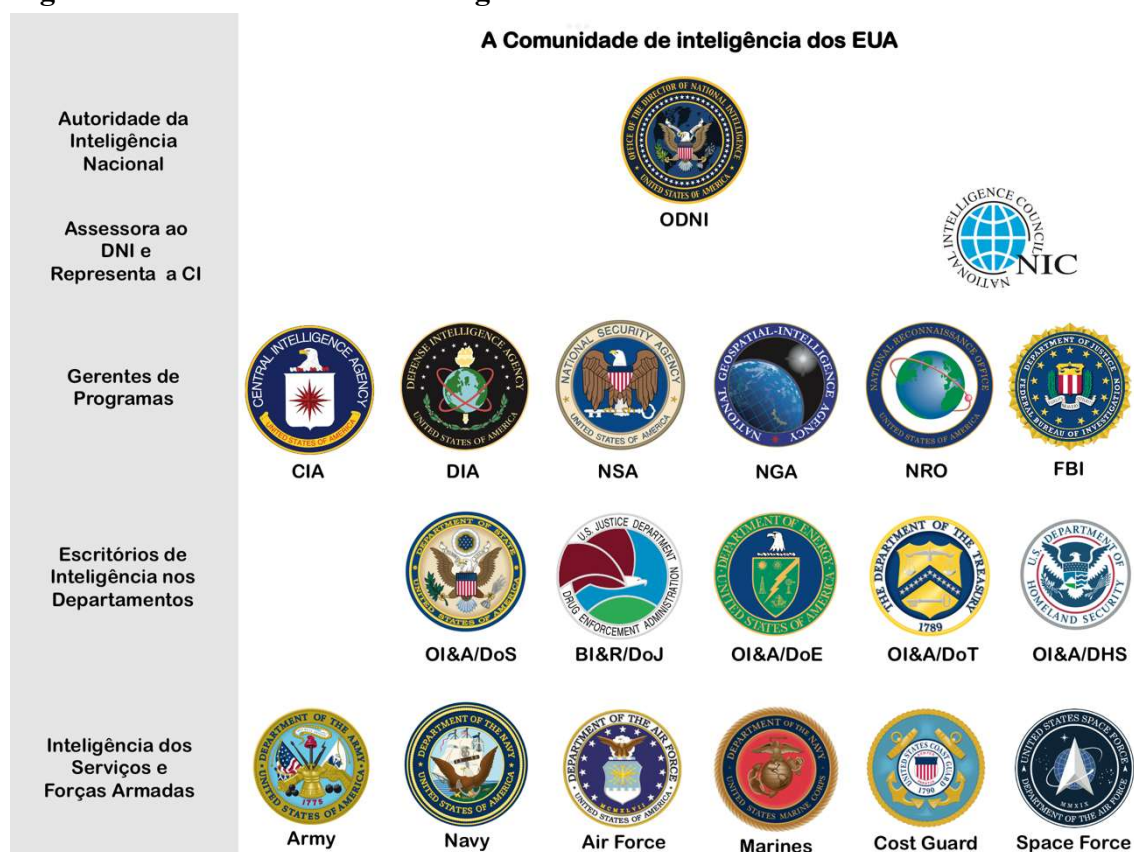
Atualmente, a comunidade de inteligência é composta por 18 instituições, algumas delas divididas entre os departamentos de Estado, Defesa e aos Diretor de Inteligência Nacional, e ligadas diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, outras divididas entre os departamentos de Energia, Justiça, Tesouro⁶ e de Segurança Interna. Como pode ser observado, abaixo (Figura 2).

Segundo consta no texto atual do *National Security Act of 1947* (USODNI, 2020, p. 31-32), o termo *intelligence Community* inclui: (1) *The Office of the Director of National Intelligence* (ODNI); (2) *The Central Intelligence Agency* (CIA); (3) *The National Security Agency* (NSA); (4) *The Defense Intelligence Agency* (DIA); (5) *The National Geospatial-Intelligence Agency* (NGA); (6) *The National Reconnaissance Office* (NRO); (7) *Other offices within the Department of Defense for the collection of specialized national intelligence through reconnaissance programs.*(8) *The intelligence*

⁶ Mark Lowenthal (2020, p. 44) considera que os adidos comerciais compõem a CI dos EUA e são diretamente ligados ao Departamento de Comércio. Todavia, em termos práticos, a conexão do Departamento de Comércio à CI está mais relacionada ao suporte e fiscalização de atividades ligadas ao financiamento ao terrorismo e outras atividades de interesse dos EUA, à cibersegurança, entre outras (ODNI, 2020).

elements of (9) the Army, (10) the Navy, (11) the Air Force, (12) the Marine Corps, (13) the Coast Guard, (14) the Federal Bureau of Investigation (FBI), (15) the Drug Enforcement Administration (DEA/DoJ), and (16) The Department of Energy (DoE); (17) The Bureau of Intelligence and Research of the Department of State (INR/DoS); (18) The Office of Intelligence and Analysis of the Department of the Treasury (OI&A/DoT); (19) The Office of Intelligence and Analysis of the Department of Homeland Security (OI&A/DHS); and (20) Such other elements of any department or agency as may be designated by the President, or designated jointly by the Director of National Intelligence and the head of the department or agency concerned, as an element of the intelligence community.

Figura 2: A Comunidade de Inteligência dos EUA.



Fonte: (USODNI, 2020; USODN, 2021a). Elaborado pelo autor.

Da forma como é apresentada em sua Lei de Segurança Nacional, a CI dos EUA é composta de pelo menos 18 instituições, já que é possível sua ampliação por interesse

e designação do Presidente dos EUA, pelo Diretor de Inteligência Nacional ou membro de de qualquer Departamento ou Agência, como membro da CI. Enquanto, o texto atual *Executive Order 12333* que trata das *United States Intelligence Activities* (USODNI, 2020, p. 693-719) define a composição da *Intelligence Community* de forma mais enxuta, conforme, representado acima (Figura 2).

No que diz respeito à função da Comunidade de Inteligência em relação ao eixo político-estratégico da Segurança Nacional, o documento prescreve que a CI deve: coletar e fornecer as informações necessárias ao Presidente e, no desempenho de funções executivas, ao Vice-Presidente, ao Conselho de Segurança Nacional e de Segurança Interna, ao Presidente do Estado-Maior Conjunto da Forças Armadas, aos comandantes militares superiores e outros funcionários do poder executivo e, quando apropriado, o Congresso dos Estados Unidos (USODNI, 2020, p. 701).

O regulamento traz, também, de forma mais detalhada, as competências de cada uma das agências, órgãos e escritórios dentro do escopo da atividade de inteligência de Segurança Nacional. A alguns dos membros da CI é permitida a coleta, “inclusive por meios clandestinos”, a outro componentes, a coleta é permitida apenas “a partir de fontes publicamente disponíveis”. Além dessa peculiaridade relacionada à coleta de informações por meios clandestinos ou não, o regulamento determina que os órgãos departamentais estarão imbuídos da missão de promover suporte àqueles que tem como finalidade a produção de inteligência

À CIA compete coletar, “inclusive por meios clandestinos”, analisar, produzir e divulgar inteligência e contra-inteligência estrangeiras; conduzir atividades de contrainteligência sem assumir ou executar quaisquer funções de segurança interna nos Estados Unidos; conduzir operações e ações encobertas, desde que aprovadas pelo Presidente; e também interagir com instituições de inteligência estrangeira; A condução de ações encobertas⁷ trata-se de competência exclusiva da CIA (USODNI, 2020, p. 795), que será discutida no capítulo 3. A competência pela inteligência externa, *foreign*

⁷ Utilizamos o termo operação/ação encoberta como tradução direta dos termos *covert operations* e *covert action*. Trata-se de uma das disciplinas da inteligência de competência da Agência Central de Inteligência dos EUA. Muitas vezes os textos tratam essa atividade como sinônimo de *clandestine activities*. Apesar do aspecto comum de ambas serem uma ação não aberta ou secreta, trata-se de outro tipo de operação a cargo dos militares, portanto de competência das forças armadas. Maiores considerações sobre as particularidades de cada uma estão presentes em De Vine (2018).

intelligence, pelo menos em teoria, também é da CIA e está diretamente relacionada à competência de conduzir operações encobertas e a coleta por meios clandestinos, atualmente executadas pela *Directorate of Operations*, anteriormente denominado *Clandestine Service*.

Outra função à cargo da CIA, e da Diretoria de Operações, já que o Diretor da Agência Central de Inteligência (DCIA) é o Gerente Funcional de Inteligência Humana (HUMINT) e a de assessorar o Diretor de Inteligência Nacional no exercício de sua função de coordenador e assessor direto do Presidente e do NSC para assuntos de Inteligência de Segurança Nacional no que diz respeito à HUMINT (USODNI, 2020, p. 697).

É competência da DIA em relação à inteligência de Segurança Nacional: coletar (inclusive por meios clandestinos), analisar, produzir e divulgar inteligência e contrainteligência estrangeiras *para apoiar missões nacionais e departamentais*, a função de suporte refere-se à competência da CIA em relação à inteligência estrangeira;

À DIA também compete coletar, analisar, produzir ou, por meio de tarefas e coordenação, fornecer *inteligência de defesa e relacionada à defesa* ao Secretário de Defesa, ao Presidente do Estado-Maior Conjunto da Forças Armadas, aos comandantes das forças militares, outros componentes de Defesa e agências não relacionadas à Defesa sobre tais assuntos; assim como conduzir atividades de contrainteligência;

O mesmo escopo relacionado à coleta, inclusive por meios clandestinos, ao processamento, à análise e à disseminação de inteligência em suporte à missões nacionais e departamentais são aplicáveis às organizações a seguir, porém com as seguintes peculiaridades. A competência da NSA está relacionada à Inteligência de Sinais (SIGINT), inclusive as atividades de controle e processamento criptológico relacionado à inteligência de sinais.

O NRO é competente pela pesquisa, desenvolvimento, aquisição, lançamento, implantação e operação de sistemas aéreos e instalações de processamento de dados relacionadas à coleta de inteligência e informações em suporte à missões nacionais e departamentais e outras necessidades do governo dos Estados Unidos.

A NGA é responsável pela coleta, processamento, análise, produção e disseminação de informações e dados de inteligência geoespacial (GEOINT) relacionados à inteligência estrangeira e contrainteligência para apoiar missões nacionais e departamentais, assim como pela condução de atividades de ligação com serviços de GEOINT estrangeiros.

Os serviços de inteligência das Forças Armadas são responsáveis pela coleta, “inclusive por meios clandestinos”, produção, análise e disseminação de inteligência e contrainteligência *de defesa e relacionadas à defesa para apoiar os requisitos departamentais* e, conforme apropriado, e de acordo com os requisitos nacionais; assim como pela condução atividades de contrainteligência; monitoramento do desenvolvimento, aquisição e gerenciamento de sistemas e equipamentos de inteligência tática; e por conduzir atividades relacionadas à pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação de tais equipamentos; a condução das relações de ligação nos que diz respeito à inteligência militar e aos programas de intercâmbio de inteligência militar com instituições congêneres também faz parte de sua competência.

Aos elementos de Inteligência do FBI, compete coletar, “inclusive por meios clandestinos”, analisar, produzir e disseminar inteligência e contrainteligência estrangeiras para *apoiar missões nacionais e departamentais, de acordo com diretrizes processuais aprovadas pela Procuradoria-Geral da República, ouvido o DNI*; estabelecer relações com instituições estrangeiras congêneres também faz parte de sua competência. Aos elementos de Inteligência da Guarda Costeira, compete a coleta, inclusive por meios clandestinos, análise, produção e disseminação de inteligência estrangeira e contrainteligência, *incluindo informações e inteligência relacionadas à defesa e à defesa para apoiar missões nacionais e departamentais*;

Ao *Bureau of Intelligence And Research*, do DoS; Ao *Office of Intelligence And Analysis*, do DoT; ao *Office Of National Security Intelligence*, do DEA; ao *Office Of Intelligence and Analysis*, do DHS; e ao *Office Of Intelligence and Counterintelligence*, do DoE compete coletar, “abertamente ou através de fontes publicamente disponíveis”, analisar, produzir e disseminar informações, inteligência e contrainteligência para “apoiar missões nacionais e departamentais”; assim como conduzir e participar de intercâmbios analíticos ou de informações com instituições congêneres estrangeiras e/ou organizações internacionais.

De todo modo, as funções relacionadas à CI não se restringem aos órgãos específicos, que conduzem a atividade. As competências se estendem aos Departamentos. Adicionalmente às competências do INR/DoS, compete ao Departamento de Estado, por meio de seu Secretário, determinar a coleta, “aberta ou através de fontes publicamente disponíveis”, de informações “relevantes à política exterior e assuntos relacionados à Segurança Nacional”. Ao Departamento do Tesouro, coletar informações financeiras estrangeiras e, em consulta ao Departamento de Estado, informações econômicas estrangeiras. Enquanto ao Departamento de Energia, compete fornecer recursos científicos, técnicos, analíticos e de pesquisa especializadas para outras agências dentro da Comunidade de Inteligência, quando requisitado e conforme apropriado; participar na formulação de requisitos de coleta e análise de inteligência onde a capacidade especial de especialistas do DoE possa contribuir; assim como participar junto ao “Departamento de Estado” na coleta aberta de informações sobre questões energéticas estrangeiras.

A competência adicional do Departamento de Segurança Interna é peculiar. Ao DHS compete, por meio do Secretário de Segurança Interna, a condução, por meio do Serviço Secreto dos Estados Unidos, de atividades para determinar a existência e a capacidade da utilização de equipamento de vigilância contra o Presidente e demais autoridades que estejam sobre supervisão do Serviço Secreto dos EUA. Entretanto, apesar de supostamente ser uma atividade relacionada à contrainteligência, nenhuma informação deve ser adquirida intencionalmente por meio de tais atividades, exceto para proteção contra o uso de tais equipamentos de vigilância.

Como pudemos observar de uma forma bem ampla, a comunidade de Inteligência dos EUA é composta por diversas agências, órgãos e departamentos, todos diretamente relacionados com as multidimensões de poder que compõem o NSC. Entretanto, é necessário a realização de um recorte básico em relação àqueles órgãos da CI que lidam diretamente com a inteligência estrangeira no exterior, em contrapartida àqueles que lidam com Inteligência de Segurança Nacional, ainda que estrangeira, porém em âmbito doméstico.

Nesse sentido, o recorte relacionado às instituições da atividade de Inteligência de Segurança Nacional que exercem suas funções em âmbito doméstico já fora proposto pelo ODNI, com intuito de instruir os formuladores políticos, os principais consumidores da CI. De todo modo, o fato de desempenharem funções que as identificam com a Segurança

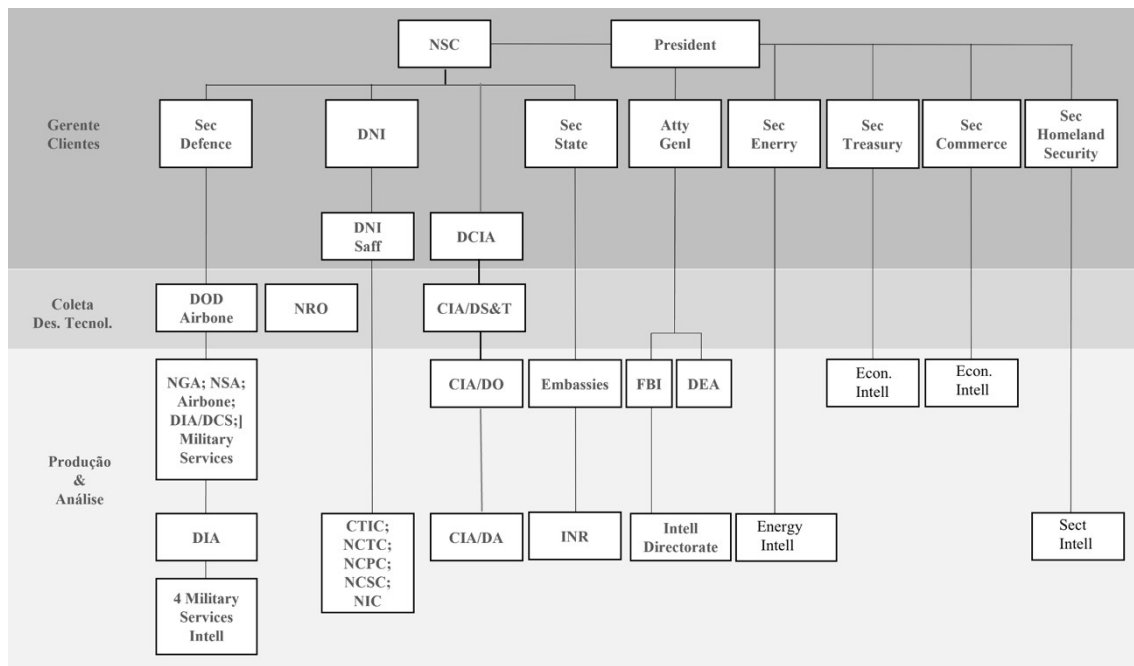
Nacional em nível interno, não anula ou diminui a importância de tais instituições em relação ao suporte aos órgãos e departamentos que exercem suas funções também em plano externo, como no caso do FBI. Apesar de desempenhar um amplo papel relacionado às atividades de inteligência policial, contraterrorismo e atividades de inteligência relacionadas à aplicação da lei, inclusive desempenhando poderes internamente, o FBI também, fornece assistência técnica, dentro ou fora dos Estados Unidos, a serviços de inteligência e de aplicação da lei, inclusive relacionadas à crimes cometidos por empresas estrangeiras sob jurisdição da legislação norte-americana.

Portanto, entre os órgãos que lidam com suporte de atividades externas, mas que desempenham papel relevante no plano interno estão: o DHS, o FBI, o DEA, DoT, DoE, USCG. A relevância de tais instituições no que diz respeito às atividades de Inteligência de Segurança Nacional estaria mais diretamente voltada ao suporte técnico das instituições com competência externa e à formulação político-estratégica do eixo de Segurança Nacional. Tal suporte e formulação político-estratégica é representado, principalmente, pela presença no NSC, relacionadas, assim, às multidimensões de poder e, claro, executadas meio da política externa dos EUA.

Em contrapartida, os órgãos que compõem a CI dos EUA, com competência para desempenhar atividades de Inteligência de Segurança Nacional no exterior se resumem à CIA e aos órgãos militares sob a tutela do DoD, já que ao executarem sua função os órgãos de inteligência do DoS não são permitidos por lei a executarem coleta por meios clandestinos. Uma forma de visualizar a divisão funcional pode ser vista na Figura 3.

Portanto, podemos estabelecer uma divisão funcional, relacionado o órgão com a execução das atividades. Dessa Forma, a além dos gerentes de programas e clientes, destacamos a presença de instituições militares e da CIA, em relação à coleta de informações, por meios clandestinos. No que diz respeito à produção e análise e execução da atividade de inteligência no exterior, destacam-se a CIA e os componentes militares, sendo os demais relacionados à atividades de suporte.

Figura 3: Uma visão funcional da Comunidade de Inteligência



Fonte (LOWENTHAL, 2020), elaborado pelo autor.

Apesar da centralidade que a CIA desempenha por sua competência na execução da *foreign intelligence*, ela não figura como maior instituição de inteligência dentro da CI, tampouco a inteligência conduzida por civis detém os maiores recursos financeiros e de pessoal. Este lugar é ocupado pelos militares, que, por meio do Secretário de Defesa, controlam cerca de 75 a 80% da comunidade de inteligência e seus recursos (LOWENTHAL, 2020 p. 41).

Após os ataques as Torres Gêmeas e os escândalos relacionados tanto às falhas na detecção de ameaças à Segurança Nacional e as falhas relacionadas a inexistência de Armas de Destruição em Massa (AMD) no Iraque, foi promulgado o *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act* (2004). Considerada a maior reforma da Estrutura de Inteligência desde 1947, a lei criou uma autoridade adicional ao texto original da *National Security Act*, retirando a competência que o *Director of Central Intelligence* (DCI) de coordenação da Inteligência Nacional e assessoramento direto ao Presidente e ao NSC em assuntos de inteligência, ao criar o cargo de *Director of National Intelligence* (DNI), que assumiu as funções de coordenação e assessoramento.

Desde então, o DCI passou a ser denominado *Director of Central Intelligence Agency* (DCIA). Dessa forma, a CIA e seu Diretor perderam o prestígio da coordenação da CI e da representação no NSC. O principal motivo para a criação do DNI foram as evidências relacionadas à falta de compartilhamento de inteligência pelos componentes da CI, investigados pelos comitês permanentes do congresso norteamericano. Portanto, as principais atribuições do DNI é a de liderar e integrar a comunidade de inteligência dos EUA.

Entretanto, apesar de figurar como líder e responsável pela integração da Inteligência Nacional, as diversas instituições, inclusive a CIA, conservam relativa autonomia, devendo se manter, no entanto, alinhadas as diretrizes gerais de segurança nacional e a demandas específicas para a inteligência nacional emanadas pelo DNI, além de, claro, manter-se no escopo de suas atribuições específicas.

De todo modo, apesar das reformas e do protagonismo, a CIA continuou com a com a competência de ser um órgão que tem a Inteligência de Segurança Nacional como atividade fim e de ser, junto ao DoS e ao DoD, um dos principais elos de contato com o exterior. Tratando, portanto, de assunto que extrapolam as fronteiras do seu território nacional e se relacionam ao diretamente ao sistema internacional e suas peculiaridades. Além de manter a responsabilidade pela Inteligência Estrangeira (externa), representada principalmente pela indicação dos *Chiefs os Stations* (COS) – encarregados pela direção e condução da coleta por meios clandestinos, e pela HUMINT, além da manutenção de sua competência pela direção e operação das ações encobertas.

A operacionalização da atividade no exterior, pode ser efetivada através da composição de equipes, formalmente empossadas em cargo de adidos diplomáticos nas embaixadas e representações no exterior. Além de outros meios clandestinos, como o envio de oficiais de inteligência que se passam por jornalistas, membro de instituições religiosas, executivos e trabalhadores de empresas estrangeiras, membros de ONGS, turismo, entre outras formas.

Ainda na fração civil da comunidade de inteligência estão o *Bureau of Intelligence and Research of The Department of State* (INR/DoS), braço da inteligência ligado à diplomacia norte-americana, que, assim como a CIA, conta com representação nas

embaixadas e postos no exterior, porém, nesse caso, sob comando direto do embaixador ou chefe de missão e do *Department of State* (DoS).

Todavia, conforme apontado acima, há uma parte significativa da comunidade de inteligência dos Estados Unidos sob a direção do *Department of Defense* (DoD). Essa fração militar inclui agências com funções militares e civis, nas quais também trabalham militares e civis, a exemplo da *National Security Agency* (NSA), responsável pela SIGINT e diretamente ligada aos escândalos relacionados à coleta de dados eletrônicos e interceptação de chamadas telefônicas de seus cidadãos, dentro do território nacional estadunidense, além da espionagem de alguns chefes de Estado, entre eles do Brasil e da Alemanha, fatos trazidos à tona a partir dos vazamentos (*leaks*) de Edward Snowden.

Portanto, apesar desses componentes da CI não serem os únicos com possibilidade de atuação nos mais diversos assuntos relacionados ao competitivo sistema interestatal capitalista, entendemos que essa fração do *cluster* de pessoas e organizações, denominado comunidade de inteligência (JOHNSON, 2010, p. 6) representa o principal elo de contato entre o país e o exterior. Atuando como principal intermediário no que diz respeito à segurança nacional e manutenção de poder relativo nas mais diversas dimensões.

2.2.2 A inteligência como processo

Pensar a inteligência como instituição é imprescindível para que tenhamos uma noção da amplitude da comunidade de inteligência, de objeto de cada elemento, suas competências e relação com o eixo político-estratégico da Segurança Nacional. Porém, considerar uma atividade a partir das instituições oculta o elo de ligação entre a atividade de inteligência e a política.

Apesar de utilizarmos paradigmas de análises mais usuais, como a visão institucional, a fim de cumprir com a proposta de formação de uma perspectiva nova para a análise da Inteligência, é imprescindível que elas estejam combinadas com formas alternativas de se pensar a inteligência, porém não tão difundidas nos meios acadêmicos convencionais (ZEGART, 2007).

Uma combinação essencial, nesse sentido, seria a proposta de pensar a Inteligência como um processo. Envolvendo, dessa forma, todo o ciclo ampliado de inteligência, da requisição à avaliação. É a partir desse processo que a comunidade de se conecta ao eixo político estratégico, ainda que com objetivos de desempenhar uma atividade técnica, sobe um prisma burocrático formal.

A partir da requisição de inteligência pelo formuladores políticos, o processo de inteligência abrange a coleta por diversos meios, como os já citados HUMINT, SIGINT, GEOINT; o processamento e exploração dessas informações coletadas como tradução de documentos, decifração de dados; a análise, ou seja, a conversão da informação em um produto, no qual estejam presentes uma conexão da informação com o contexto de Segurança Nacional na qual a informação esta inserida; a disseminação do produtos aos formuladores políticos por meio de relatório de inteligência; e por fim, a avaliação do ciclo pelas autoridades e ajuste das requisições e do planejamento da atividade de inteligência.

Se planejamento e a requisição de inteligência são escolhas políticas, por se tratar de escolhas, a forma de execução e visualização do objeto de trabalho também o são. Dessa forma, a atividade de inteligência, se tornará mais ou menos ligada a vieses políticos quando houver um maior ou menor conexão entre a requisição e o resultado, principalmente aquelas requisições que ocultam outros interesses.

Alguns exemplos dessa conexão entre objetivos políticos pessoais, representando uma ampliação do ambiente político e de disputa de poder interno para o sistema internacional, utilizando-se da atividade de inteligência para o alcance de fins particulares, podem ser extraídos de alguns eventos pré e pós-Dissolução da URSS. Representando eventos em que a atividade de inteligência atuou no sistema internacional como meio de projeção de poder para o favorecimento de determinadas elites, mesmo antes de elas estarem configuradas como elites no poder⁸.

⁸ Discutiremos, no capítulo 4, o que entendemos por elites a qual contribuição que a teoria das elites pode fornecer à análise das conexões políticas e que conectam as diversas dimensões de poder, por meio de seus interesses particulares. Para fins de esclarecimento, utilizamos o termo elite no poder, no sentido de representar grupos econômicos, políticos e/ou setoriais específicos, que ocupam posições relevantes de poder e influência em relação ao meios de projeção de poder do Estado, inclusive o eixo político-estratégico da Segurança Nacional.

George H. W. Bush, ex diretor da cia, em campanha vice-presidencial contra a reeleição de Carter, prometendo venda de armamentos em número superior ao que já havia sido estabelecido pelo Governo Carter, visando a impopularidade desse presidente que visava a reeleição e tinha como uma de suas promessas de campanha a libertação dos reféns que há anos eram mantidos na embaixada dos EUA no Irã. As negociações tiveram participação de Robert Gates, que viria a ser Diretor da CIA, em 1991, no quando Bush assumira a presidência (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 415).

Esse evento, representa a forma a partir da qual a atividade de inteligência pode buscar perseguir a objetivos políticos, por meios políticos. Ajustando-se, dessa forma ao ambiente político e estratégico interno, utilizando-se do eixo político-estratégico da Segurança Nacional como meio de projeção de poder a partir de suas múltiplas dimensões.

Esse ambiente, expresso a partir da visão de mundo das elites no poder e seus estrategistas relacionam seus objetivos internos em âmbito internacional utilizando-se da Inteligência como meio de projeção de poder que atua de forma clandestina e conecta diretamente a política interna aos EUA ao sistema interestatal. Conforme ressaltou Steven Lukes em sua “visão radical” do poder (2001), quando buscamos respostas para as dinâmicas de poder, abre-se o caminho para considerações de cunho conspiratório, como o *deep state* e as *dark forces*. Entretanto, sabemos que o poder pode operar sem ser observado, sobretudo quando utilizando meios clandestinos e secretos, e que o poder pode ser mais eficaz quando mesmo observável para os agentes e observadores.

2.2.3 A inteligência como produto

O processo citado na sessão anterior nos permite captar a forma de interação entre o corpo de formuladores políticos a a execução das atividades fins da inteligência. Entretanto não nos fornece muito sobre de que forma a inteligência pode ser considerada um meio de projeção de poder. Para que tenhamos essa percepção, necessitamos combinar as análises anteriores o produto entregue pela inteligência.

A visão geral se daria da seguinte forma, através do processo de planejamento e formulação, coleta, processamento, análise, disseminação é que as instituições da comunidade de inteligência interagem com as demandas políticas, principalmente, mas não só, oriundas do poder executivo, representados pelo Presidente e o Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Esse processo também nos permite capturar as demandas em relação entre a finalidade de acúmulo de poder presentes na geoestratégica norte-americana em relação aos demais países no sistema, expressas a partir das *National Security Strategies*, relacionando seus meios de poder, a política externa e de Segurança Nacional dos EUA. Ou seja, sua forma de atuação, inserção e posicionamento no sistema interestatal.

Nesse sentido, dois elementos podem ser considerados como produto diretamente resultante dessa interação entre os formuladores políticos e os órgãos de inteligência de Segurança Nacional. O primeiro elemento é básico, geralmente presente em todos os países que contam com serviços de inteligência, independente do meio a partir do qual as informações são obtidas. Já o segundo elemento é menos evidente e fonte de debates sobre sua conveniência, principalmente quando seus resultados se tornam conhecidos, e que, dada sua capacidade de atuação dentro de outros países.

De todo modo, os dois produtos: a análise, produção de inteligência pelos órgãos que desempenham a atividade; e as ações encobertas, meio de influência e intervenção direta em outros países, constituem meios eficazes de projeção de poder. A eficácia, ainda que potencial, reside, principalmente, nas suas principais características: o sigilo e a clandestinidade⁹ que as envolvem. Reafirmando a máxima de Lukes (2021), “o poder

⁹ Conforme tratamos acima, apesar da clandestinidade a partir da qual as ações encobertas (*covert actions*) são executadas, elas não se confundem com as ações/atividades clandestinas (*clandestine activities*). A diferença principal entre uma e outra reside no fato de que *covert actions* são conduzidas pela *Central Intelligence Agency*, sob a regulação do Título 50 do *U.S. Code*, que trata especificamente da Segurança Nacional. Enquanto as *clandestine activities* estão regidas pelo Título 10 do *U.S. Code*, que trata mais especificamente da Defesa Nacional, mais relacionada à guerra por meios militares. Além dessa diferenciação, em termos práticos, a própria requisição e participação do Congresso norte-americano na fiscalização de tais atividades são distintas e serão tratadas mais adiante. Para mais informações sobre as diferenças entre *covert actions* e *clandestine activities* nos EUA, ver De Vine (2018).

pode operar sem ser observado e por trás de nossas costas, e sua eficácia é ainda maior quanto menos observáveis pelos agentes e observadores”¹⁰.

2.2.3.1 A análise de inteligência

A importância, de ambos os produtos da atividade de inteligência, se dá pela capacidade de influenciar os tomadores de decisão e outras pessoas em posições relevantes no poder tanto em âmbito doméstico, quanto fora de suas fronteiras. Possibilitando, dessa forma, um fator de coesão estratégica (ZORTÉA, 2018) juntos ao eixo político-estratégico de Segurança Nacional, no caso dos EUA.

Alguns exemplos, a partir da qual o principal produto dos órgãos, a análise de inteligência dá suporte à coesão estratégica em torno do eixo político-estratégico da Segurança Nacional, seja a análise disseminada ou não, também podem ser extraídos da história. O primeiro deles, refere-se à não disseminação da análise obtida pela inteligência, que havia detectado a iminência de ocorrerem ataques por parte do Japão à base norte-americana de *Pearl Harbor*, no Havaí¹¹. O objetivo da não utilização do produto obtido pela inteligência, foi o de justificar a participação dos EUA na coalisão contra as potências do eixo, e obter, dessa forma, suporte político, econômico, social e ideológico para participação na Segunda Guerra Mundial. Inclusive junto à URSS de Stalin.

Um outro exemplo sobre a utilização da análise de inteligência para justificar a coesão estratégica em torno de eixo político-estratégico da Segurança Nacional se refere à publicação da *National Intelligence Estimate* (NIE), produzida pelo *National Intelligence Council*, em outubro de 2002, portanto ainda sob direção do DCI/CIA,

¹⁰ O objeto de análise de Steven Lukes, em livro *Power: a radical view* (2021), não está restrita, tampouco relacionada, à comunidade de inteligência e segurança. Entretanto, os meios a partir do qual o poder opera nas consciências, relações de dominação e consentimento podem ser consideradas independentemente do objeto em análise.

¹¹ Devido ao escopo do presente trabalho, não se pretende esgotar a discussão sobre os fatores políticos e estratégicos relacionados à conduta do Governo Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) relacionada a suas condutas antecipar dos EUA na guerra. Sobre essa questão, ver Moniz Bandeira (2014).

denominada: *Iraq's Continuing Program for Weapons of Mass Destruction* (USNIC, 2002). Desconsiderando fatores políticos relacionados à produção da NIE sobre o programa de iraquiano de WMD, o fato que nos interessa é que seus dados foram utilizados para justificar a solicitação de aprovação da invasão ao Iraque junto ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU), assim como, após o veto do CSNU, permitiu a coesão estratégica que “justificou” a invasão pelas forças de coalisão ao Iraque em março de 2003, apenas cinco meses após a publicação do documento.

Há um exercício contínuo dos autores que pesquisam e escrevem sobre inteligência, no sentido de desvincular a análise de vieses políticos particulares ao analista¹². Entretanto, acreditamos que, ainda que haja um movimento para mitigar os vieses políticos na atividade de inteligência¹³, só de haver um direcionamento e escolha do que seriam tais vieses e da determinação de um método mitigador desses vieses, já se faz uma “escolha política”.

Partindo-se do ponto de vista de Robert Cox (1996 p. 87) de que “a teoria serve para alguém e para algum propósito, uma abordagem especializada trará naturalmente uma visão de mundo, baseando-se, inclusive em alguma visão epistemológica. Isso fica ainda mais flagrante no caso dos EUA, já que há uma interconexão entre órgão de inteligência, setor privado e academia que ficara conhecido como *revolving door*.”

Portanto, entendemos que a abordagem do analista não estará livre de vieses e pré-concepções. Podendo, ainda que de forma oculta, estar internalizada no próprio analista, de forma a reforçar suas dimensões sistêmicas, ideológicas, emocionais e cognitivas, reafirmando seus vieses cognitivos (BURROWS, 2007; SZAFRANSKI, 2007). Eles podem não ser tão visíveis, conforme assegurou Lukes (2021), porém estão presentes e de alguma forma se perpetuando. As dimensões sistêmica e ideológica ao analista estão próximas ao que Steven Lukes denominou “terceira dimensão do poder”.

¹² Nesse sentido, Lowenthal (2020) mesmo sob o título *Intelligence: from secrets to policy* reafirma a necessidade de que o analista esteja afastado da política, ainda que seja um elemento como meio de projeção da política externa.

¹³ Para uma discussão mais aprofunda sobre métodos de mitigação de vieses, ver (AMBROS & LODETTI, 2019).

Desse modo, a própria produção de inteligência a partir do processo de análise, pode induzir a ações sensíveis baseadas em situações inexistentes. Em um manual sobre Técnicas de Análise Estruturada (USCIA, 2009, p.3) para para o Governo dos EUA e produzido pela CIA em 2009, são reconhecidos alguns eventos em que algumas suposições estratégicas que não foram desafiadas não foram verificadas. Entre elas estão eventos relacionados à Pearl Harbor (2001) e a Segunda Guerra Mundial; à Guerra da Coreia (1950); à Crise dos Mísseis em Cuba (1962); à Guerra do *Yom Kippur* (1973); à Unificação Alemã (1989); e as estimativas do NIC sobre as armas de destruição em massa no Iraque (2002)¹⁴.

De todo modo, algumas análises podem ser direcionadas a justificar determinada ação como as relacionadas à invasão Iraque, conforme solicitada por membros da elite no poder norteamericana, segundo apontou Moniz Bandeira (2014). Esse subsídio analítico que visa falsear as realidades para a promoção de coesão estratégica é conhecido como *cooking intelligence* (PRICE, 2008 p. 197).

Nesse sentido, no que diz respeito à invasão ao Iraque, o relatório do *Select Committee on Intelligence* do Senado norteamericano concluiu nos dois relatórios, o primeiro denominado *Prewar Assessment of Iraq's Weapon of Mass Destruction* (USSCI, 2004) o segundo denominado *Prewar Intelligence Assessment about Postwar Iraq* (USSCI, 2008), que o Governo do Presidente George W. Bush, imbuído pela motivação entrar na guerra, apresentou inteligência como fato, quando ela era insubstancial, contraditória e não existente¹⁵.

A [in]existência de armas de destruição em massa no Iraque, que deu suporte à invasão por parte dos Governos dos EUA e do Reino Unido como líderes da coalisão, foram baseadas em informações de uma fonte de cidadania alemã conhecido como *curveball*. Porém, mesmo com os alertas dos serviços de inteligência alemão e britânico,

¹⁴ A referência ao documento busca oferecer uma visão sobre a forma com que a questão é tratada a partir de uma visão behaviorista sobre o papel dos analistas frente os acontecimentos mundiais relacionados à Segurança Nacional dos EUA. Isso não significa que concordamos com a abordagem, tampouco com a referência histórica e narrativa dos acontecimentos.

¹⁵ Presidente do *Select Committee on Intelligence John Rockefeller IV*, disponível em <https://www.intelligence.senate.gov/press/senate-intelligence-committee-unveils-final-phase-ii-reports-prewar-iraq-intelligence>

questionando a autenticidade das evidências apresentadas por *curveball*, a invasão ao Iraque continuou sendo defendida e de fato conduzida pelos governos norte-americanos e britânicos. Uma ação baseada em uma *false and cooked Intelligence*¹⁶, que deu suporte e coesão estratégica a partir do eixo político-estratégico da Segurança Nacional. Suficientes à execução e manutenção da geoestratégica norte-americana no Oriente Médio, diretamente relacionada ao petróleo.

2.2.3.2 A ação encoberta

A ação encoberta – *covert action* – está repleta de mitos e equívocos. Mesmo quando compreendida, ela continua sendo um dos tópicos mais controversos da Inteligência (LOWENTHAL, 2020, p. 229). Ela envolve a intervenção deliberada e planejada por um Estado nos direitos soberanos de um terceiro Estado, visando promover uma mudança de política estatal daquele que sofre tal interferência.

Como tal, a ação encoberta não é apenas uma violação das leis do Estado alvo de tal operação, mas também contraria o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, por configurarem “interferência nos assuntos internos” de outras nações, segundo observou Willian J. Daugherty (2004, p. 19).

Mark M. Lowenthal (2010, p. 229) ressaltou que, ironicamente, as ações encobertas são definidas na lei que estrutura o aparato de segurança nacional dos EUA, bem como sua inteligência, como:

Atividade ou atividades do Governo dos Estados Unidos para *influenciar as condições políticas, econômicas ou militares no exterior, onde se pretenda que o papel do Governo dos Estados Unidos não seja aparente ou reconhecido publicamente*, mas não inclui, *atividades cujo objetivo principal é adquirir*

¹⁶ É importante pontuar ações baseadas em informações e relatórios falsos, produzidos para influenciar o público para receber apoio interno/externo a determinada escolha política, o que Carr denominou Poder sobre a Opinião, daquilo que ficou conhecido no jargão da inteligência como *false flag*. Esta, compreendida como uma ação ou inação de um agente de determinado governo, ou a serviço de um governo, visando vinculá-lo à agentes de outro governo, enquanto aquela deve ser compreendida como uma análise, esta deve ser compreendida como ato.

inteligência e atividades tradicionais de contrainteligência; atividades diplomáticas ou militares tradicionais; e atividades tradicionais de aplicação da lei (USODNI 2020, p 126; e p. 715-716, grifo nosso)

Ou seja, uma atividade que apesar de considerada atividade de inteligência, já que executadas por um órgão que compõe a CI dos EUA, não é considerada atividade tradicional de inteligência ou de contrainteligência. Como ressaltou Lowenthal, uma atividade que os Estados Unidos negarão ter realizado no exterior é definida e prevista na própria lei estadunidense.

Como dito acima, a ação encoberta, na perspectiva do alvo, é um tipo de interferência externa¹⁷. Ações dessa natureza, entretanto, não se confundem com as relações internacionais ordinárias entre Estados soberanos realizadas por intermédio das mais diversas instituições e áreas de interesse. O Governo da Austrália, constante alvos de ações de interferência externa, considerou tal atividade, em uma recente revisão de sua Lei de Segurança Nacional, como um atentado à sua soberania.

Segundo a lei de segurança nacional australiana, interferência externa distingue-se das chamadas ações de “influência externa”, que são as tentativas de todos os governos, incluindo o australiano, para influenciarem discussões em temas importantes, quando realizadas de forma aberta e transparente, muitas vezes por vias diplomáticas tradicionais. Interferência externa, em contraste, são atividades que envolvem coerção, fraude¹⁸ ou clandestinidade, realizadas por ou em favor de um ator externo, contrárias à soberania, aos valores e aos interesses nacionais do país (AUSTRALIA, 2018, p. 37).

As ações encobertas foram um recurso amplamente utilizado pelo Governo dos EUA na Segunda Guerra Mundial, pelo *Office of Strategic Service*, posteriormente no Pós-Segunda Guerra pela *Strategic Services Unit* (DAUGHERTY, 2004). A transferência dessa disciplina da atividade de inteligência da esfera militar para a civil ocorreu em 1946,

¹⁷ O Brasil, em sua *Política Nacional de Inteligência* conceituou Interferência Externa como “a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais” (BRASIL, 2016). Para críticas ao uso do termo *interferência externa* ver (CARDOSO, 2017, p. 112).

¹⁸ O termo em inglês é *deceptive*, não havendo tradução literal para o português. Alguma coisa que aparenta ser algo que não é (LOGMAN, 2014, p. 459).

com a criação do *Central Intelligence Group* (CIG). A competência pela condução das ações encobertas permanece com a CIA desde 1947 até os dias atuais.

Já que é por meio das ações encobertas que os EUA procuram intervir secretamente nos assuntos de outras nações para promover seus próprios interesses de segurança (JHONSON, 2010 p. 6), a coesão estratégica para justificá-la perante o mundo é associá-la a temática da segurança nacional. Operações encobertas, porém, caso fossem levadas adiante por outras pessoas ou instituições e em diferentes circunstâncias seriam indiscutivelmente atos criminosos, ou até mesmo de guerra (BERKOWITZ & GOODMAN, 1998, p. 38).

A ação encoberta é, portanto, uma ferramenta de ação política no exterior, a partir da qual se busca obter vantagens políticas e, principalmente, geopolíticas. Alguns especialistas, no entanto, se opunham à denominação “ação encoberta”, argumentando que a palavra “encoberta” enfatizava um aspecto de secretismo relacionado à política. Os britânicos, por exemplo, nomeavam as ações desse tipo como *Special political Activities* (SPA).

É importante ressaltar essa distinção, pois mesmo que tais ações sejam realizadas de forma secreta, elas são realizadas porque os formuladores políticos – no caso dos EUA o Presidente assessorado pelos seus conselheiros de segurança nacional – determinaram que ela seria a melhor forma para atingir os objetivos pretendidos em política externa. A simples disposição do legislador em fornecer uma estrutura legal e material ao Executivo para realização de uma ação encoberta indica algum acordo entre eles sobre a propriedade e intenção de sua utilização (LOWENTHAL, 2020, p. 229).

Conforme reconheceu o Presidente Richard Nixon, a assistência econômica ou militar explícita às vezes seria suficiente para atingir seus objetivos, mas somente uma intervenção militar direta poderia impor esses objetivos a outras nações. Entre esses dois extremos, contudo, existiria uma vasta área onde os EUA deveriam ser capazes de realizar ações secretas, pois sem ela não seriam capazes de proteger interesses importantes do país no exterior (DAUGHERTY, 2004, p. 9).

Nos EUA, a ação encoberta deve ser precedida pelo envio de um *Presidential Finding*, mais formalmente conhecido como Memorando de Notificação (MON), uma determinação presidencial exigida por estatuto que deve ser entregue a determinados

comitês permanentes do Congresso. O MON apresenta a justificativa de que a ação encoberta é um meio eficaz e necessário para apoiar objetivos identificáveis de política externa dos EUA e importante para a segurança nacional (CHOMEAU, 1988, p. 411). Somente após essa comunicação é possível a execução de operações e ações encobertas pela CIA (USS CODE, 2014, p. 506).

O valor da ação encoberta para um presidente se deve à possibilidade de ela operar como uma espécie de chave que visa a abertura de portas até então fechadas à diplomacia e indesejáveis a partir da guerra convencional (DO VAL, 2021, p. 21). Dessa forma, constitui-se em “terceira via”, “opção silenciosa”, meio-termo entre medidas abertas – como a diplomacia, incentivos comerciais, sanções, ajuda externa – e o uso de força militar. Como cunhou William J. Daugherty (2004, p. 20), é uma opção “menos barulhenta e intrusiva do que o uso aberto da força”. Ações encobertas promovem maior flexibilidade política, sendo um passo extraordinário, posicionado entre o estado de paz e o estado de guerra (LOWENTHAL, 2020, p. 231).

O processo apresentado acima nos permite desmistificar um dos equívocos mais prevalentes sobre a ação encoberta: pensar que tais ações seriam iniciadas isoladamente pela CIA e executada sem o consentimento da Casa Branca ou do Congresso. Nesse equívoco, a CIA seria considerada um ator independente agindo fora de controle, sem supervisão de nenhum dos ramos do governo (DAUGHERTY, 2004, p. 3), um completo descolamento desse meio de execução da política externa do processo político dos EUA.

Mesmo após as reformas na Inteligência de Segurança Nacional na primeira década do século, que resultariam na criação da posição de Diretor de Inteligência Nacional (DNI) em 2004, as prerrogativas e competências da CIA em relação as ações encobertas foram mantidas. Devido à clareza da lei ao afirmar que o DNI não tem controle operacional da CIA, o Diretor da Agência Central de Inteligência (DCIA) manteve sua competência em conduzir as ações encobertas e a prerrogativa de indicar os chefes de estação – *chief of station* – no exterior (LOWENTHAL, 2020, p. 234).

Embora a ação encoberta esteja mais associada à CIA, algumas interpretações entendem que o presidente pode autorizar outros departamentos, agências ou entidades do governo dos EUA, como o Departamento de Defesa (DoD), a conduzir ações encobertas. A determinação presidencial deve especificar cada departamento, agência ou

órgão autorizado a “financiar” ou “participar” de tal ação (USODNI, 2020, p. 123). No entanto, qualquer funcionário ou agente direcionado a participar de qualquer forma em uma ação secreta contratado por um departamento, agência ou entidade do governo dos EUA que não seja a CIA estará sujeito às políticas, regulamentos e coordenação daquela Agência (DE VINE, 2018, p. 4-5).

As ações encobertas, as quais William J. Donovan denominou de "operações subversivas no exterior" em proposta para a criação de uma organização central de Inteligência no Pós-Segunda Guerra, tornaram-se um aspecto relevante do envolvimento internacional dos EUA durante a Guerra Fria e na definição da imagem pública da CIA (RUDGERS, 2000, p. 249). Para fazer uma analogia com a economia, a CIA é uma espécie de “mão invisível” na busca dos objetivos norte-americanos em política externa (DYLAN et al., 2020, p. 6). Nem sempre, contudo, é tão invisível, já que o que se deseja ocultar não é a ação posta em prática para interferir nos assuntos internos de outro Estado, mas o patrocínio governamental de tal ação, ou seja, a autoria do governo dos EUA.

Ações encobertas nos remetem a uma questão fundamental: trata-se de uma opção política legítima? Duas correntes prevalecem em relação a essa temática: idealistas e pragmáticos. Os idealistas argumentam que uma ação encoberta de um país nos assuntos internos de outro viola as normas de comportamento internacional amplamente aceitas. Os pragmáticos, por sua vez, compreendem o argumento dos idealistas, mas sustentam que os interesses próprios do Estado ocasionalmente justificam o uso de ações encobertas em determinadas situações (LOWENTHAL, 2020, p. 240). A coesão estratégica a partir do eixo da Segurança Nacional tornam as ações encobertas não apenas necessárias, mas legítimas.

A legitimidade de uma ação encoberta também esbarra no reconhecimento ou atribuição da ação, cuja autoria deverá ser negada. Essa questão central no debate sobre ações encobertas é a “negação plausível” – *plausible deniability* (LOWENTHAL, 2020, p. 240). A negação plausível é forma pela qual os EUA executam parte da definição de ação encoberta presente no *National Security Act of 1947*, com o objetivo de negar a sua participação nas atividades que a Inteligência executa para influenciar as condições políticas, econômicas e militares no exterior. Ressalta-se que a própria definição de *covert action* presente nos documentos que disciplinam a temática já tornam esse assunto uma plausibilidade negável. A interpretação mais simples dessa linguagem misteriosa é o que

costumava ser conhecido simplesmente como estória de cobertura. Isto é, uma narrativa cuidadosamente preparada com antecedência por meio da qual é possível, ou ao menos desejado, escapar de uma situação difícil, também definido juridicamente como *álibi*. O que torna viável toda ação encoberta, portanto, é a negação plausível de uma conexão direta com o governo dos EUA.

De todo modo, a amplitude do conceito de negação plausível pode conduzir ao entendimento de que os Estados alvos de interferência externa por meio de uma ação encoberta não têm conhecimento do patrocínio por trás dessas operações. Em muitos casos, o alvo está ciente do perpetrador, sendo que muitas vezes a eficácia da ação depende dessa consciência para atingir um grau de coerção que fica, como dito acima, em algum lugar entre a diplomacia e a força militar convencional (CORMAC & ALDRICH, 2018 p. 481).

Além disso, muitas ações encobertas são um segredo aberto: implausivelmente negável. A tentativa fracassada da CIA de derrubar Fidel Castro na Baía dos Porcos em 1961, junto com operações paramilitares em grande escala no Laos, Angola e Afeganistão, vêm à mente como exemplos óbvios em que negações careciam de plausibilidade (CORMAC & ALDRICH, 2018, p. 477). Como dissemos, com todo o histórico amplamente documentado de interferências externas por meio de ações encobertas realizadas pelos EUA, além de serem definidas em legislação específica como um meio de influência secreta nos assuntos de outras nações, a plausibilidade de tais estórias de cobertura deveria ser totalmente negável.

É essa atividade, a Inteligência de Segurança Nacional, romanticamente denominada “os olhos do presidente” (ANDREW, 1995), que em nossa visão vai além das conjunturas, além das alterações do espectro político por meio das eleições presidenciais ou parlamentares. É um verdadeiro híbrido, acumulando poderes políticos a partir da obtenção de informações privilegiadas e sensíveis, além da capacidade de intervenção pela influência ou pelo uso da força, todas protegidas pelo sigilo, pelo grau necessário de secretismo, e pelo imperativo da segurança nacional, a partir do qual se movimentam no tabuleiro mundial de disputa de poder. Portanto, entendemos necessitar uma análise mais apurada de suas relações com as multidimensões do poder, as elites no poder e os novos tipos de guerra.

Até aqui, apresentamos os aspectos mais abstratos do poder, a ontologia do poder global de Fiori (2014), conectamos a ideia do poder como finalidade em si ao eixo político-estratégico da Segurança Nacional e localizamos a comunidade da inteligência na lógica multidimensional de poder. Os próximos capítulos, serão mais práticos, no sentido de identificar o papel da inteligência na lógica da não guerra e a relação entre os meios de poder e as elites que os controlam por determinado período.

3- INTELIGÊNCIA: A GUERRA E A NÃO GUERRA

Há uma literatura em rápida proliferação a respeito dos “novos tipos” e “novas formas” de condução da guerra. O que há de comum entre as diversas denominações é o caráter híbrido do conflito. A proliferação da literatura sobre a “guerra híbrida” e os “novos tipos de guerra” muitas vezes se prendem aos fatos de determinar se há alguma novidade que as caracterizariam como “nova”.

Diante disso, sem entrar em tal debate, nosso ponto de partida para discutir a inteligência nessa zona cinzenta entre guerra e não guerra, partirá do artigo publicado na *Marine Corp Gazette* por William Lind junto a um grupo de militares em 1989 denominado *The changing Face of War into Fourth Generation*. A escolha desta publicação é justificada pelo seu caráter didático e devido ao fato de que discussões que serão posteriormente incorporadas partirão, muitas vezes, dos elementos presentes na “guerra de quarta geração”.

Segundo os autores, a partir daquele momento - 1989, a guerra viria a ser conduzida a partir de novos paradigmas, entre eles, a própria determinação de campo de batalha. O campo de batalha de quarta geração incluiria toda a sociedade inimiga superando inclusive o território no qual ela estaria identificada. Essa dispersão, exigiria uma adaptação no modo de condução da guerra. Que viria a necessitar das ações de grupos pequenos de combate, visando permitir maior flexibilidade e autonomia na operação, mesmo em níveis hierárquicos mais básicos. Estariam, assim, ligados pela estratégia de condução do combate.

O objetivo na “guerra de quarta geração” seria colapsar o inimigo internamente, em vez de destruí-lo fisicamente. Os alvos incluiriam um espectro mais ampliado, principalmente o apoio da população à guerra e a cultura do inimigo. A identificação correta de pontos estratégicos de pressão do inimigo viria a ser fundamental. Em termos gerais, a guerra de “quarta geração” viria a ser amplamente dispersa e indefinida.

Essa dispersão estaria diretamente relacionada com a forma de distinção entre guerra e paz, que seria obscurecida a ponto de desaparecer. No que diz respeito a forma de condução, ela se manteria como uma guerra não linear, possivelmente sem campos de batalha ou frentes definidas. A distinção entre "civil" e militar" também desapareceria.

As ações deveriam ocorrer de forma concomitantemente. Entre os participantes, estariam incluídos sua sociedade como entidade cultural, e não apenas física.

Como dissemos, o artigo apresenta um ponto de partida para discussões posteriores, já que em sua base geral está a indefinição entre a guerra e a não guerra, que ocupa uma espécie de zona cinzenta. Entretanto, um ponto fundamental que deveria constar nas discussões sobre guerra, mesmo se conduzida por meios “novos” ou “antigos” se refere a sua característica fundamental: a imposição de uma vontade. Como bem sintetizou Darc Costa:

A guerra é uma forma de fazer política, ou pelo menos um meio de fazer política, já que, na verdade, a guerra é a luta pelo poder. Guerra é o estado em que vivem aqueles que lutam. Na guerra, ambos os lados buscam impor uma vontade e uma paz da sua conveniência. *O recurso à violência na busca ao poder é o que tem caracterizado o conceito de guerra. Contudo, a guerra é um fenômeno muito mais abrangente que o conflito armado.* Guerra só existe se houver choque de vontades, tem que haver uma dialética de vontades. (COSTA, 2018, p.18-19, grifo nosso).

Alguns autores destacam que o caráter híbrido do conflito diz respeito à difícil separação das bases naturais da guerra. Nesse sentido, as fronteiras entre Estado e Sociedade, público e privado, guerra e paz, civis e militares estariam menos caracterizadas (LIND, 1989; HOFFMANN, 2007; SZAFRANSKI, 2008; KORIBYKO, 2018). Outros autores destacam os meios a partir dos quais o poder é exercido, abrangendo, assim, múltiplas formas de imposição da vontade, entre elas a “guerra convencional”, “guerra irregular”, “guerra cibernética”, insurgência, criminalidade, chantagem econômica, guerra étnica e “*lawfare*” (LOVELACE, 2016; COSTA, 2018).

Entretanto, em nosso entendimento, a atenção deve estar voltada tanto para a base social, sobre a qual conflito moderno se estende. Sobretudo quando executadas de forma oculta, dentro da fronteira do estado adversário buscando capturar suas instituições, valores, cidadãos e demais bases sociais, econômicas e políticas internas. Assim como sobre meios a partir dos quais o conflito vem sendo conduzido para a imposição da vontade.

Conforme destacou Charles Wright Mills, “Toda política é uma luta pelo poder; a forma mais extremada do poder é a violência” (1981 p. 207). Portanto, independentemente da estratégia que seja utilizada na condução da guerra, há de se ter em mente que ela é um choque de vontades relacionadas à política e à disputa pelo poder. A ênfase em um meio ou outro estará diretamente relacionada aos custos e benefícios da imposição da vontade por meio da condução ou não de um conflito armado.

O que há de “novo” tanto na “guerra de quarta geração”, quanto na “guerra híbrida”, no entanto, não é nenhuma novidade. A condução tática relacionada ao eixo-político estratégico da Segurança Nacional já utilizava de tais meios de condução da guerra desde sua institucionalização em 1947, imediato pós-Guerra, conforme pode ser extraído da *National Security Council Directive – NSC 5412*. O documento, abaixo transcrito, que consta sem data nas comunicações do presidente Eisenhower, entre os anos de 1947 e 1950, define os objetivos dos EUA a partir da utilização dessa ferramenta de política externa, ações encobertas, e define operações encobertas, da seguinte forma:

"As ações encobertas devem ser *desenvolvidas para criar perturbações e explorar questões problemáticas* para o comunismo internacional, prejudicar as relações entre a URSS e a China comunista e entre eles e seus satélites, complicar o controle dentro da URSS, a China comunista e seus satélites e retardar o crescimento do potencial militar e econômico do bloco soviético; *Desacreditar o prestígio e a ideologia do comunismo internacional e reduzir a força de seus partidos e outros elementos*; Combater qualquer ameaça de um partido ou indivíduos que respondam direta ou indiretamente ao controle comunista para alcançar o poder dominante em um país do mundo livre; Reduzir o controle comunista internacional sobre qualquer área do mundo; *Fortalecer a orientação para os Estados Unidos dos povos e nações do mundo livre, acentuar, sempre que possível, a identidade de interesse entre esses povos e nações e os Estados Unidos, bem como favorecer, quando apropriado, aqueles grupos que genuinamente defendem ou acreditar no avanço de tais interesses mútuos e aumentar a capacidade e a vontade de tais povos e nações de resistir ao comunismo internacional*; De acordo com as políticas estabelecidas e na medida do possível em áreas dominadas ou ameaçadas pelo comunismo internacional, *desenvolver resistência clandestina e facilitar operações encobertas e de guerrilha, além de garantir a disponibilidade dessas forças em caso de guerra*, incluindo sempre que possível o fornecimento de uma base em que os militares podem expandir essas forças em tempo de guerra dentro de teatros de operações ativos, bem como fornecer recursos para ficar atrás e instalações de fuga e evasão. [...] *“operações encobertas” devem ser entendidas como todas as atividades conduzidas de acordo com esta diretriz que são planejadas e executadas de modo que qualquer responsabilidade do governo dos EUA por elas não seja evidente para pessoas não autorizadas e que, se descoberto, o governo dos EUA pode plausivelmente se isentar de qualquer responsabilidade por elas*. Especificamente, *tais operações devem incluir quaisquer atividades*

secretas relacionadas a: propaganda; ação política; guerra econômica; ação direta preventiva, incluindo sabotagem, anti-sabotagem, demolição; medidas de fuga, evasão e evacuação; subversão contra estados ou grupos hostis, incluindo assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados; apoio a elementos nacionais e anticomunistas em países ameaçados do mundo livre; planos e operações de fraude; e todas as atividades compatíveis com esta diretriz necessárias para cumprir o anterior. Tais operações não devem incluir: conflito armado por forças militares reconhecidas, espionagem e contraespionagem, nem cobertura e dissimulação para operações militares” (USNSC, NSC 5412).

Podemos inferir a partir da leitura da NSC 5412, que muito do que se discute atualmente sobre novos meios de conduzir a guerra já vinham sendo implementado e conduzidos desde a institucionalização do eixo-político estratégico da Segurança Nacional, com objetivos de colapsar seu inimigo declarado, a URSS, assim como evitar uma possível coalização da China comunista junta à União Soviética.

O documento também cita que a condução das operações encoberta devem atentar para a possibilidade de guerra, destacando que tais operações, portanto, aconteciam em locais nos quais não havia guerra declarada. Dessa forma, “gerar uma situação na qual não está claro se existe um estado de guerra”, “sem existir distinção entre combatente e não combatente”, já era uma forma de condução da guerra, buscando a imposição de uma vontade de sua conveniência (COSTA, 2021), por meio da não guerra.

O documento nos permite inferir, inclusive, que o conflito já era conduzido por meio das multidimensões de poder dos EUA de forma a confundir as linhas entre “desordem interna” e “intervenção externa”, “atividade estatal” e não estatal”, tornando difícil para a comunidade internacional diferenciar entre um comportamento socialmente legítimo e a guerra.

Apesar de diferenças pontuais segundo a aplicabilidade, que os meios de condução e gestão estratégica da guerra, a “guerra informacional” (LIND *et al*, 1989), a "guerra híbrida" (HOFFMAN, 2007; KORYBKO, 2018), a “guerra neocortical” (SZAFRANSKI, 2007) e a “cognitiva/cismogenética (BATESON, 2006; LEIRNER, 2020) ou multidimensional (ZORTÉA, 2018) possam apresentar, o fato é que, todas estão centradas na guerra e percebem a utilidade estratégica relacionada à eliminação das fronteiras básicas de entendimento da guerra, no que diz respeito ao território, combatente e meio de imposição da vontade. Inclusive, a utilidade que isso traz para transposição dos

regulamentos internacionais próprios que regem a diplomacia e a guerra, que já vinham, porém, sendo executados há décadas pelos órgãos de inteligência.

Nesse sentido, o real avanço que tais teorias promovem em relação à condução da guerra está diretamente relacionado aos avanços tecnológicos de mobilização dos meios de imposição da vontade. Possibilitando, portanto, maior eficácia, na mobilização e direcionamento do que veio a ser denominado de “enxames” pelos pesquisadores John Arquilla e David Ronfeldt (2000) da *RAND Corporation*.

Trata-se de uma nova forma de mobilização e condução da base popular, visando minar a confiança em um determinado governo, com objetivos de mudança de regime ou de governos opositores à Washington para governos aliados. O que já vinha sendo feito desde a institucionalização do eixo político estratégico de segurança nacional em 1947 e presente na NSC 5412. Não se trata de um novo modo de conflito militar, mas sim uma nova forma de imposição da vontade sem utilizar a *ultima ratio*, a que se referia Clausewitz.

Essa nova forma de imposição da vontade, foi conduzida a partir da percepção de que os novos padrões de comunicação permitiam maior alcance e eficácia das operações psicológicas. Somadas às vias tradicionais das mídias escritas, jornais e revistas especializadas, radiofônica, televisiva, incluía-se a internet e celular e as redes sociais, permitindo, inclusive, monitorar de forma mais precisa a percepção social diante em relação às próprias operações psicológicas levadas a cabo pelo Estado.

Em relação à condução dos “enxames” em oposição ao governo, que ficaram conhecidas como revoluções coloridas (KORYBKO, 2018; ENGDAHL, 2009)), a tecnologia permitiu que a inteligência, tanto civil quanto militar, ao conduzir a liderança dos protestos relâmpagos, utilizassem dos satélites e do sistema de posicionamento global (GPSP) para movimentar tais protestos e compartilhar os resultados desses movimentos em tempo real, a implementação do caos social com vistas a obter benefícios políticos. Nada além do clássico dividir para conquistar.

Os objetivos dos novos tipos de guerra sempre foram os mesmos da guerra irregular, assim como os mesmos levados adiante pelas agências de inteligência por meio das ações encobertas, exaurir o inimigo. Assim, buscam desgastar internamente seu inimigo, de tal modo, que com o correr do tempo, ele estará enfraquecido física e psicologicamente

(COSTA, 2021). Segundo Piero Leirner (2020), foi o casamento das ciências sociais e psicológicas com a máquina militar, desde a 2ª Guerra Mundial, que gerou formas de “inteligência, informação e guerra psicológica”, protótipos dessas novas formas de guerra, a que denominamos híbridas.

A especialização na cultura dos inimigos para permitir a cooptação e utilização de seus cidadãos como exército pessoal, utilizou em grande parte dos conhecimentos da antropologia (PRICE, 2008). O entendimento profundo da sociedade alvo, juntamente aos seus valores e sua cultura, permitiriam entender a forma de pensar do inimigo e assim, maior eficiência e eficácia das operações psicológicas. Permitindo, inclusive, uma maior coesão estratégica das múltiplas dimensões a partir da qual o poder seria executado.

Como o controle sobre o espaço formalmente interior do Estado alvo é um campo em disputa na sua política interna, na perspectiva do Estado que visa impor uma vontade, tal arena passa a representar elementos influenciáveis e que podem ser mobilizados e utilizados na guerra. Esse controle, por sua vez, não se baseia em qualquer elo de representação entre “sociedade civil” e Estado, mas na dinâmica do próprio conflito. Assim, em um aspecto mais amplo, a guerra bem sucedida permite em primeiro lugar capturar as bases nacionais, econômicas, ideológicas ou militares, da captura pelo adversário (ZORTÉA, 2018, p. 47-48).

Segundo Lind (1989) nas “guerras de quarta geração” o Estado perde o monopólio da guerra, quando observava os conflitos estatais contra grupos tidos pelos EUA como terroristas. Entretanto, em nossa visão, o Estado não perde o monopólio da guerra, ela apenas se operacionaliza a partir de múltiplas dimensões que não se reduzem às forças armadas regulares. Abrangendo toda a sociedade, valores, cultura e não só a violência como meio de alcançar seus objetivos, e que devem ser resguardados pelo Estado. Conforme, declarou o General Valeri Gerassimov, atual comandante das Forças Armadas Russas ao ser questionado sobre o que viria a ser a guerra híbrida, respondeu: “guerra híbrida é a Guerra e a não guerra, e tudo o que transita entre elas”.

É nesse sentido que a Inteligência de Estado, e no que diz respeito ao sistema interestatal a Inteligência de Segurança Nacional, são fundamentais, pois seu objeto específico são as informações, valores, ideias e concepções em âmbito político, econômico. Se o objetivo da guerra, como aponta Szafranski (2007, p. 397) é forçar o

inimigo a fazer o que você afirma ser uma escolha melhor, ou escolher o que você deseja que o inimigo escolha, por que não subjugar o inimigo controlando sua vontade. Como prescrito por SunTzu, esse seria o ápice da habilidade.

3.1- Entre a diplomacia e a guerra

Ações encobertas, assim como os novos tipos de guerra, quando devidamente compreendidas, têm menos a ver com as operações em si do que com o modo e a finalidade para com os quais são realizadas. Enquanto especialistas divergem sobre o conceito operacional de ação encoberta, entendemos ação encoberta como uma forma de interferência externa.

Trata-se de um programa de múltiplas operações de Inteligência, subordinadas, coordenadas, interligadas e geralmente gerenciadas por um longo período, com o objetivo de influenciar um público-alvo a fazer ou abster-se de fazer algo. São voltadas a influenciar a opinião do público em geral, das elites empresariais, de lideranças políticas ou militares. Em determinadas circunstâncias, os indivíduos, ao contrário de entidades ou governos nacionais, são alvos de um programa de ação encoberta, simplesmente por que são, em última instância, a base de um futuro governo (DAUGHERTY, 2004, p. 12).

Em relação aos tipos de operações realizadas em programas de ações encobertas, encontramos uma clara conexão com a temática das guerras híbridas, de quarta geração e novos tipos de guerra, tratados acima. Uma literatura que discute essa temática está muito em voga atualmente, mas que está mais voltada para a execução de tais ações por meio de forças armadas e unidades militares especializadas. A condução de operações similares pela inteligência e sua capacidade de liderar a guerra em rede e enxames, continua encoberta, pelo menos pouco discutida.

A literatura sobre a zona cinzenta da guerra e não guerra, muitas vezes destaca a utilidade dos elementos comuns às abordagens em uma situação de guerra declarada. Nela, a inteligência atua em suporte às operações de guerra. No entanto, como vimos acima, os elementos normalmente relacionados à guerra híbrida são similares aos elementos presentes nas ações encobertas.

A diferença principal estaria relacionada, apenas, a quem as executa, e ao estado guerra e de não-guerra. Sendo que os objetivos continuam os mesmos da guerra, da política e do poder, a imposição de uma vontade. as ações encobertas de influência política, econômica e militar aplicadas de forma oculta pelo governo dos EUA, por meio de sua Agência Central de Inteligência, principalmente em situação de não-guerra, ou guerra não declarada.

Há uma ampla gama de elementos geralmente referenciados na literatura como tipos de operações encobertas, assim como nos documentos vazados ou desclassificadas de operações realizadas, como o NSC 5412. De todo modo, o esforço de catalogar os métodos utilizados para interferir no alvo apresenta benefícios mais teórico do que práticos, já que os tipos ou métodos utilizados geralmente contém componentes comuns uns aos outros.

Entre os modos de condução de ações encobertas, podemos citar: propaganda ou operações psicológicas¹⁹; ações políticas e de cooptação de lideranças políticas, empresariais, civis e militares; desinformação; sabotagem; golpes; e operações paramilitares (USNSC 5412; DAUGHERTY, 2007, p. 281; LOWENTHAL, 2020, p.235; MONIZ BANDEIRA, 2014).

Entretanto, enquanto a discussão sobre ação encoberta estiver restrita às operações realizadas, algumas perguntas fundamentais relacionadas ao tema fogem ao debate: qual a justificativa para a utilização de ações encobertas como meio de condução de política externa? Essas ações, por configurarem interferência externa em terceiros Estados, são legítimas? Por quê essas ações necessitam ter autoria e responsabilidade negadas?

Apesar do desejo de separar Inteligência e política, ações encobertas ofuscam qualquer distinção entre elas, sobretudo pelo interesse que a Inteligência compartilha em relação aos resultados dessas ações, já que justificariam, de certa forma, sua existência. Ademais, constituem-se um meio de mostrar suas capacidades e valores de forma mais concreta, ainda que os resultado e efetividades de tais operações sejam bastante

¹⁹ Operações psicológicas” são definidas como: “Atividades psicológicas planejadas na paz e na guerra dirigidas a públicos inimigos, amigos e neutros, a fim de criar atitudes e comportamentos favoráveis à realização de objetivos políticos e militares. Essas operações abrangem aquelas atividades militares, econômicas, ideológicas e de informação destinadas a alcançar um efeito psicológico desejado segundo o Dictionary of Military and Associated Terms (1974) do U.S. Department of Defense.

questionáveis. Este é geralmente o objetivo que o eixo político-estratégico da Segurança Nacional organiza a partir disso, o presidente, o NSC, a CIA e a comunidade de Inteligência dos EUA buscam assegurar por meio de qualquer programa de ação encoberta, isto é, projetar poder em vantagem própria a partir dessa ferramenta de política externa, um meio muitas vezes eficaz para (des)organizar o sistema em benefício próprio, cooptar lideranças e mudar regimes.

4- INTELIGÊNCIA E ELITES

Apesar do foco da teoria do poder global e do paradigma realista das relações internacionais estarem centradas na atuação do Estado como os únicos entes capazes de transitar no sistema interestatal. A observação da composição do Estado a partir de suas instituições, no limite, se confundem com o próprio Estado. Tal observação complementa a análise, quando observada sob o prisma político-estratégico da segurança nacional e que se expressa a partir de múltiplas dimensões de poder. Estando a inteligência posicionado nas múltiplas dimensões do poder estatal, entendemos que é necessário observar um pouco mais além da “caixa preta”, pois, apesar de um eixo político estratégico bem orientado, as vontades impostas mudam na medida em que mudam aqueles que controlam os meios de exercício do poder.

Nesse sentido, a teoria das elites pode nos fornecer um entendimento complementar à análise traçada até aqui, permitindo, inclusive, identificar e até mesmo antecipar movimentos com base nos interesses particulares por elas defendidos e expressados. Dessa forma, reconhecer o papel das elites no “jogo de poder”, suas relações, possibilidades de ação e seu comportamento é, em nossa opinião, fundamental para a análise daquelas estruturas silenciosas das quais nos alertou Fernand Braudel (2009), que, de tão perenes no tempo longo, se tornam quase imperceptíveis diante do barulho do tempo conjuntural.

4.1 Elites no Poder

As elites, em nossa proposta, devem ser consideradas a partir de duas características importantes: sua temporalidade enquanto ocupante de posições relevantes de poder; e sua heterogeneidade enquanto grupo identificável no que diz respeito ao perfil de classes, afinidades políticas e seus paradigmas. Este último ponto, em nossa visão é fundamental, pois muitos estudos relacionados às elites assumiram muitas vezes um recorte específico de classe econômica, estrutura social ou política, porém ambas capazes de exercer relações de domínio e poder.

Em busca de um espécie de modelo investigativos para determinar *The Power Elites*, Charles Wright Mills (1981, p. 29-30) considerou necessária a observação de três pontos: a base psicológica e social para sua unidade; a estrutura mecânica das hierarquias institucionais; e a unidade da elite representada por uma coordenação explícita, não necessariamente total, tampouco permanente.

Segundo o autor, a interconexão entre objetivos internos representaria a base psicológica e social, identificada em nosso caso a partir da ontologia do poder como finalidade e o paradigma político-estratégico da segurança nacional. Os desdobramentos externos da interconexão entre os objetivos se dariam partir da organização de uma elite do poder nos EUA, cuja posição lhes permite acesso a meios de informação e de poder centralizados, além da tomada de decisões de grandes consequências. Essa elite comanda as principais hierarquias da sociedade moderna, as grandes empresas e governam a máquina do Estado, reivindicando suas prerrogativas. Dirigem as instituições militares e ocupam postos no comando estratégico, a partir do qual centralizam os meios efetivos de poder e da riqueza (MILLS, 1981 p. 12).

Para Harold Lasswell e Daniel Lerner (1967), a pesquisa sobre as elites do poder deve provocar algumas perguntas comuns ao estudo de qualquer participante em um processo, processo político, entre elas: quem são as elites? Quais são suas perspectivas? Em que arenas elas exercem suas funções? Quais valores básicos estão à sua disposição? Quais estratégias utilizam? Qual seu êxito na influência sobre as consequências e efeitos? As respostas a tais perguntas nos permitiriam identificar a “elite no poder” num dado contexto, e permitiria ao investigador voltar à tarefa de uma explicação científica. Tais questionamentos auxiliariam o investigador a identificar em quais condições as elites exibiriam um determinado padrão de composição, de perspectiva, de atividade, de valores básicos, de estratégias, e até mesmo de impacto em relação à seus objetivos (LASSWELL & LERNER, 1967, p. 23).

A influência de tais atores no processo político e nas decisões relevantes é fundamental, já que não está distribuída de maneira uniforme. Dessa forma, ao buscar identifica atores ocupando ou capazes de influenciar pessoas que ocupam posições relevantes poder permitiria a identificação das elites. Como divisão da influência é desigual, os mais influentes seriam considerados elite, os outros são chamados de elite

intermediária e, por exclusão, aqueles que não exercem nenhum tipo de influência, de massas (LASWELL & LERNER, 1967, p. 14).

Dessa forma, poderiam ser evitadas as caracterizações arbitrárias, pois ela deveria ser localizada no tempo e no espaço para que a identificação das “elites do poder” se dê no contexto do “processo socialmente relevante”. As elites do poder refletem e reformulam as relações internas e os conflitos de todo corpo político organizado interagindo em torno de ameaças e oportunidade, tanto internas quanto externas.

As elites do poder seriam recrutadas em um vasto círculo de contatos com grupos de interesse, que por sua vez não se confundem com outros grupos como os de comunidades e formação de classes, já que os grupos de interesses atravessam esses limites agregadores. Dessa forma, os grupos de interesses podem ser grupos não-comunais ou não-pertencentes a determinada classe, mas que, apesar disso, partilham de expectativas de vantagens comuns aos membros da elite no poder, porque com eles se confundem. Os grupos de interesse especializados principalmente no processo de poder, e que contribuem para a elite de classe, incluem os partidos políticos, grupos de pressão e organizações civis e militares (LASWELL & LERNER, 1967, p. 25).

Outro ponto relevante à abordagem sobre as relações de poder à partir de uma perspectiva que considere as elites são: os “contexto de crises” e as “estratégia de posicionamento” na arena externa à unidade política de um Estado. As crises de interestatais, ou sistêmicas de alto nível, podem ter como consequência profundas implicações para as elites. Em crises de poder, tais como guerras e revoluções, a composição das elites do poder pode sofrer modificações drásticas. Também é certo que as crises podem, em si, ser precipitadas ou geradas pelos conflitos entre as elites do poder, entre elas ou dentro delas, principalmente quando existem interesses interpenetrados entre elites “externas” e “internas” às unidades políticas.

Nesse sentido, conflitos gerados no íntimo dos elementos de cúpula da elite possibilitariam que “novos elementos” – o que Suzanne Keller (1968) denominou “elite emergente” – se aliassem a um lado ou a outro da disputa e essa reestruturação poderia transformar a “ordem” interna e externa a determinado Estado, fato expresso em Os Federalistas, conforme apresentado acima. Entretanto, essas crises de interesse irão depender, igualmente, das percepções das elites relacionadas às ameaças comuns ou à

intensificação de oportunidades a partir de reorganizações no sistema. Em uma perspectiva interna, o choque de liderança num partido, por exemplo, pode abrir a porta a uma reestruturação na elite do poder, baseada, inclusive, no recrutamento de formações sociais até então excluídas, o que denominaremos aqui de cooptação. Esse cooptação interconectados elites de diferentes Estados a partir de interesses comuns ou do oferecimento de vantagens.

É nesse ponto que as estratégias de que se valem as elites na arena externa de uma estrutura política, por meio da administração de instrumentos diplomáticos, de informação, econômicos e militares pode abrir portas tanto para oportunidades quanto para ameaças e desestabilizações “vindas de fora”, mas determinadas por interesses interpenetrados pela interconexão sistêmica. Conforme alertara Nicolau Maquiavel, “É necessário [...] examinar se esses inovadores subsistem por si mesmos ou se dependem de outros, isto é, se para levar adiante a sua obra precisam pedir ou podem verdadeiramente usar a força” (MAQUIAVEL, 2017, p.123). É uma janela que sempre estará aberta, já que quando as organizações oficiais e não oficiais estão continuamente em contato acerca de uma grande variedade de problemas, o diplomata, assim como os membros da comunidade de inteligência e militares passam a ter um papel importante.

A vulnerabilidade entre os planos domésticos e externo ficam evidentes, conforme apresentado acima. Entretanto, surge uma pergunta importante: em quais arenas o exercício de poder das elites apresenta uma interconexão com outras elites de outros Estados? Stanley Hoffmann (1977), ao discutir as relações internacionais como campo teórico e os interesses interpenetrados entre os acadêmicos, políticos e instituições públicas, o que ficou conhecido como *revolving door*, observou a dinâmica a partir da qual é determinada a política internacional ou externa dos EUA.

Para o autor, a relação entre a política interna e os assuntos internacionais necessita ser analisada de forma mais detalhada em relação à forma a partir da qual os objetivos dos Estados são originados não (ou não apenas) a partir da posição geopolítica dos atores, mas do jogo das forças políticas domésticas e dos interesses econômicos relacionados, inclusive à elites de outros Estados – sejam elas elites no poder aspirantes ao poder; ou a maneira pela qual os estadistas, mesmo quando pareciam agir principalmente para o cenário mundial, não obstante também desejavam que as mudanças no exterior alcançassem certos objetivos internos.

Como a elite no poder não é composta de governantes solitários, junto a eles, há uma gama de outros atores. Os conselheiros, consultores, porta-vozes e promotores de opinião são frequentemente os capitães de seus pensamentos e de suas decisões superiores (MILLS, 1981 p, 12). Esse reconhecimento demonstra a importância dos acadêmicos na formulação de objetivos táticos e a manutenção do paradigma político-estratégico, assim como possíveis justificativas para o (re)posicionamento estatal e sua interconexão entre os planos doméstico e externo.

Essa interconexão foi denominada por Hoffmann (1977, p. 50) de “revezamento entre as cozinhas do poder e os salões acadêmicos”. Uma rede de fundações que alimentou a pesquisa em relações internacionais no pós-guerra, e cujo papel foi e é essencial para entender exatamente o porquê de as bolsas de estudos coincidiam tanto com as preocupações dos estadistas. Um elemento essencial para a manutenção da coesão estratégica.

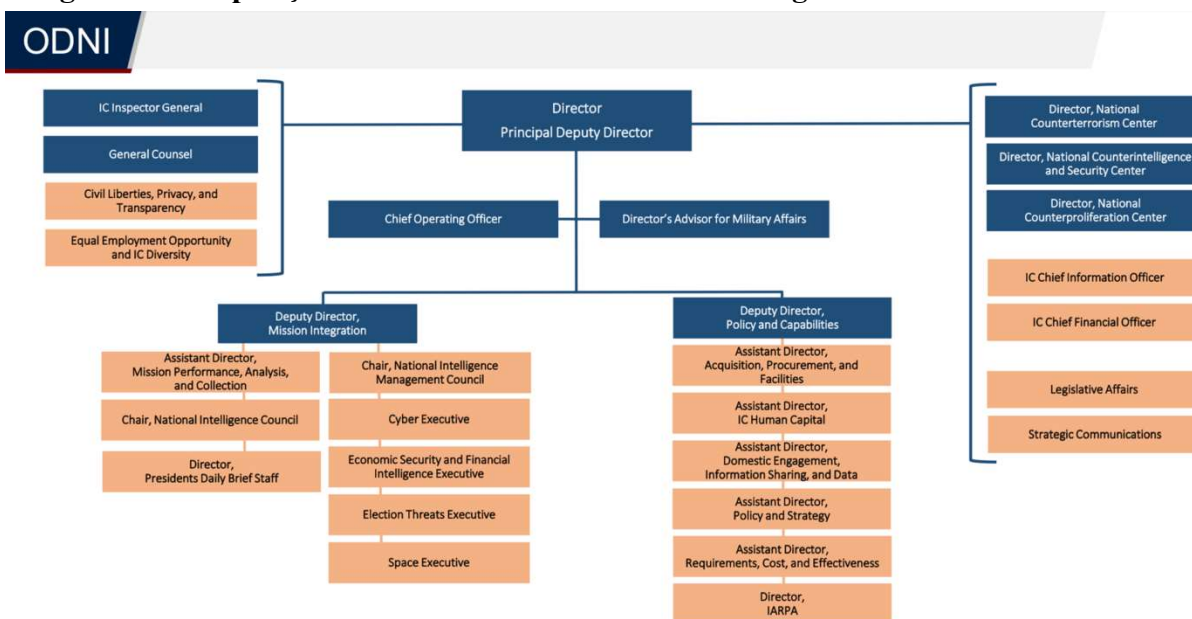
Essa interconexão era representada pela combinação de incentivo intelectual às "fronteiras do conhecimento" e o “desejo cívico de servir”, ambos mediados pelos conselhos de administração das fundações, que em sua composição participavam, em grande parte, ex-acadêmicos e ex-funcionários, que serviram na CIA, no *National Intelligence Council*, como veremos adiante, bem como em outras instituições de Estado. Segundo Hoffman, esses preciosos revezamentos, não existem, ao menos virtualmente, em nenhum outro lugar, apenas nos EUA. Muitas dessas bolsas de fomento científico e relações entre as associações profissionais e acadêmicas promoveram a conexão entre a antropologia, a etnografia, a guerra e a inteligência como meios de projeção de poder e acúmulo de riqueza (PRICE, 2008).

Reconhecer, portanto, a existência elite do poder não significa, tampouco subentende nada sobre o processo de tomar decisões. Elite no poder é apenas um conceito sobre quem está envolvido pelo processo (MILLS, 1981 p. 32). Porém, o reconhecimento daqueles que ocupam posições relevantes de poder e influência, nos permite identificar aqueles que detém meios necessários para o exercício do poder em benefício próprio ou de determinado grupo ou coalisão de interesses. Tal reconhecimento nos permitirá, ao menos, uma percepção mais evidente de quem são os verdadeiros beneficiários nas relações interestatais e das consequências de determinados eventos, o famoso *cui bono*.

4.2 – O National Intelligence Council

O *National Intelligence Council* (NIC) é responsável pelas análises mais relevantes da comunidade de Inteligência EUA. Elas estão relacionadas aos grandes temas que afetam a segurança nacional. O NIC é composto por cerca de 18 analistas experientes na área da política de segurança nacional. Sua função é fornecer os melhores julgamentos da CI sobre as questões relacionadas ao sistema internacional. Ocupa atualmente o ODNI, conforme pode ser visualizado abaixo na figura 4.

Figura 4: Composição do Escritório do Diretor de Inteligência Nacional



Fonte: USODNI, 2022

A primeira das responsabilidades do DNI presente no *National Security Act* (USODNI, 2020) é garantir que a inteligência nacional seja fornecida ao presidente, aos chefes de departamento, aos comandantes militares e ao congresso estadunidense. A Lei de Segurança Nacional também estabelece que o NIC tem papel central na análise de inteligência do governo.

A lei também determina que o NIC seja composto de analistas sêniores internos à comunidade de inteligência e especialistas na temática da Inteligência de Segurança

Nacional oriundos dos setores público e privado (exemplo notório de uma interconexão que permite o fator de coesão estratégica, assim como o estabelecimento de *revolving doors*), que serão nomeados pelo DNI, e devem servir sob sua determinação. Tais analistas sêniores são conhecidos como *National Intelligence Officers* (NIOS).

O NIC é responsável pela produção das *National Intelligence Estimates* (NIE) para o governo dos Estados Unidos, incluindo considerações alternativas sobre as análises de outros elementos da comunidade de inteligência, para confrontar tais visões. As NIEs e outros produtos NIC são definidos como o julgamento estabelecido pela Comunidade de Inteligência de Segurança Nacional dos EUA, sobre o tema.

Os membros da NIC servem em tempo integral como consultores de inteligência sênior da comunidade de inteligência para os demais órgãos do governo federal. Eles fazem parte do escritório do DNI (ODNI) – figura 4 – e não são ligados a qualquer outra agência de inteligência. Atualmente a sede ODNI está localizada em um edifício separado da sede da CIA em Virgínia - Washington, DC.

Em 2011, o NIC era composto da seguinte forma: um presidente, um vice-presidente, um conselheiro, um chefe de equipe, um diretor de grupos de cenários estratégicos futuros e um assessor sênior na segurança em saúde global, além de cerca de quatorze *National Intelligence Officers*. As posições nas quais os NIO eram responsáveis, distribuíam-se a partir das seguintes áreas geográficas e funcionais: África; Assuntos Cibernéticos; Leste da Ásia; Assuntos Econômicos; Europa; Assuntos Militares; Oriente Próximo; Coreia do Norte; Rússia e Eurásia; Ciência e Tecnologia; Sul da Ásia; Ameaças Transnacionais; Armas de Destruição em Massa e Proliferação; e Hemisfério Ocidental.

Atualmente, a Lei de Segurança Nacional, conforme alterada, prevê que o DNI nomeie os membros do NIC livremente, de acordo com seu interesse. Ao contrário da preponderância que tiveram os analistas de carreira das agências pertencentes à CI, nos últimos anos, essa preponderância vem sendo equilibrada. Contando, atualmente, com indivíduos que serviram em missões do DoS no exterior, no Departamento de Defesa, na comunidade de inteligência, assim como pessoas da vida acadêmica, organizações privadas e não-governamentais.

Nenhuma nomeação para o NIC requer o consentimento do Senado, ficando livre, dessa forma, do controle prévio sobre as indicações, como no caso do DNI e do DCIA. O

NIC fornece os materiais necessários para instruir o DNI no desempenho de sua função de chefe da comunidade de inteligência e assessoramento ao NSC em assuntos de Inteligência Nacional. Nos últimos 15 anos, conforme dito acima, houve uma tendência a incluir mais NIOs com experiência em funções não governamentais, entre *think-tanks* e universidades, assim como embaixadores e líderes militares aposentados.

Argumenta-se, no entanto, que experiências, apesar de garantir a relevância dos produtos analíticos, não fornecem uma compreensão necessariamente detalhada das limitações nas capacidades de coleta. Apesar de Lowenthal (2020), argumentar que os gargalos estão mais direcionados ao processamento e à análise oriunda de recursos humanos, um fator que vem sendo constantemente sinalizado nas *National Intelligence Strategies* (NIS).

Em relação ao seu papel na elaboração das NIE, o NIC avalia o esboço, que é posteriormente encaminhado para agências de inteligência. Os representantes dos órgãos da CI, posteriormente, se encontram para aprimorar o texto completo das NIE. As NIE são revisadas pelo DNI e os chefes dos órgãos da CI. Uma vez aprovada, as NIEs são divulgadas ao presidente e aos altos funcionários do executivo e legislativo.

De 1973 até 1979, houve uma posição de *Deputy of Director of Central Intelligence* para supervisionar os NIOs. Em 1979, os NIOs foram formalmente organizados em um Conselho Nacional de Inteligência pelo DCI Stainfield Turner. Após o colapso soviético, as estimativas preparadas pelo NIC passaram a tratar de outros temas relacionadas ao pós-Guerra Fria, especialmente durante a administração de Clinton, houve ênfase em questões não tradicionais, como os efeitos da mudança climática na política de segurança nacional.

Embora alguns NIOs relevantes coordenassem uma NIE em 1995, prevendo ameaças terroristas contra os Estados Unidos em seu território, o NIC foi criticado em dezembro de 2002 pela investigação conjunta dos dois comitês de inteligência do Congresso por não ter preparado uma NIE que identificasse a ameaça aos Estados Unidos imposta especificamente pela Al Qaeda. Após as investigações do Comitê de Inteligência do Senado sobre o Iraque e as investigações sobre os ataques terroristas, houve uma reformulação posicionando o NIC do DCI, para a tutela do DNI.

4.3- Diretores do National Intelligence Council: 1979-2021

Desde sua instituição em 1979, alguns nomes relevantes ocuparam os postos de presidente dos NIC, entre eles estão membros da comunidade de inteligência, militares, acadêmicos, especialistas em segurança e membros de *think-tanks*, demonstrando o mecanismo das *revolving door* na cúpula da inteligência. Em essência, o NIC foi criado com a finalidade de promover essa interação. Na lista de presidentes constam os seguintes nomes:

4.3.1- Richard Lehman (1979-1981) – Presidente Carter.

Foi analista da CIA, criador do *President's Daily Brief*;

4.3.2- Henry Rowen (1981-1983) – Ronald Reagan.

Rowen começou sua carreira como economista da RAND Corporation, onde trabalhou entre 1950-1953 e novamente entre 1955-1960; Entre os anos de 1967 a 1972, foi presidente da RAND Corporation, deixando a posição de presidente da RAND, para assumir a presidência do *National Intelligence Council* entre os anos de 1981 a 1983. Após deixar a presidência do NIC, entre os anos de 1989-1991, Rowen atuou como *Assistant Secretary of Defense for International Security Affairs* no Departamento de Defesa dos EUA, sob a chefia do então secretário Dick Cheney.

Entre os anos 2001 e 2004, atuou no Conselho Consultivo de Políticas do Secretário de Defesa. Entre 2002-2003, Rowen presidiu a Força-Tarefa do Departamento de Energia dos Estados Unidos sobre os Programas do Futuro da Ciência. Em 12 de fevereiro de 2004, o presidente Bush nomeou Rowen como membro da *Commission on Intelligence Capabilities of the United States Regarding Weapons of Mass Destruction – “WMD Commission”*) cargo que ocupou até 2005. Desde 1983, Rowen era membro sênior da *Hoover Institution* da Universidade de Stanford. A pesquisa de Rowen foi mais recentemente focada na ascensão da Ásia e no setor de tecnologia. Rowen também foi membro do *Project for New American Century* e membro do *Asia/Pacific Research Center*.

4.3.3- Robert Gates (1983-1986) – Ronald Reagan.

Historiador e doutor em História Russa e Soviética, ingressou na CIA em 1966 e se manteve na agência até o ano 1974, quando deixou o cargo para servir no Conselho de Segurança Nacional, retornando posteriormente à agência no ano de 1979

em uma posição de diretoria. Em 1984 foi *Deputy Director do Central Intelligence Agency*, período que a CIA vendera armas para o Governos Iraniano em troca da libertação dos reféns sequestrados durante a Revolução Iraniana, ainda no Governo Carter, o que ficou conhecido como Irã-Contras. O dinheiro da venda de armas superfaturadas fora utilizado pela CIA para financiar os contras na Nicaragua.

Em 1987 retirou sua indicação para Diretor da CIA, devido a indícios de que o Senado norte-americano não aprovaria sua indicação devido sua participação no caso Iran-Contras. No ano de 1989 foi Assistente do Presidente para assuntos de Segurança Nacional no (NSC) e posteriormente *Deputy National Security Advisor – NSC*. Em 1991 foi indicado novamente por George H. W. Bush para DCI, tendo sua indicação sido aprovada pelo senado.

Durante uma audiência do comitê do Senado sobre sua nomeação, o ex-chefe de sua divisão, Melvin Goodman, testemunhou que a agência era a mais corrupta e tendenciosa durante o mandato de William Casey, com Gates servindo nessa época como vice. De acordo com Goodman, Gates fazia parte de uma liderança da agência que proliferava informações falsas e ignorava a 'realidade'. O presidente do Conselho Nacional de Inteligência, Harold P. Ford, testemunhou que, durante seu mandato, Gates transgrediu os limites profissionais. O relatório final do Conselho Independente para o Escândalo Irã-Contras, publicado em 4 de agosto de 1993, disse que Gates "estava próximo de muitas figuras que desempenharam papéis significativos no caso Irã-Contras e estava em posição suficientes para estar ciente de suas atividades.

Entre 1993-1999 foi acadêmico e professor universitário sobre estudos internacionais na Universidade de Washington. Lecionou em Harvard, Yale, Johns Hopkins, Vanderbilt, Georgetown, Indiana, Louisiana State, Oklahoma e no College of William and Mary. Gates também escreveu vários artigos sobre governo e política externa e tem sido um colaborador frequente da página de opinião do The New York Times. Entre 2002 e 2006 foi presidente da Universidade Texas A&M, deixando o cargo no mesmo ano após ter sido nomeado Secretário de Defesa no Governo George W. Bush, cargo em que permaneceu até 2011, após ter sido reconduzido pelo presidente Obama.

4.3.4- Frank Horton III (1986-1987) – Ronald Reagan

Major General, tendo sido designado presidente do Conselho Nacional de Inteligência, em setembro de 1986. Posteriormente, o general tornou-se vice-diretor de inteligência estrangeira, Agência de Inteligência de Defesa, em setembro de 1987.

4.3.5- Fritz Ermarth (1988-1993) – George H. W. Bush

Trabalhou para a Agência Central de Inteligência de 1973 a 1998, servindo como Presidente do Conselho de Inteligência Nacional, como Oficial de Inteligência Nacional para a URSS e Europa Oriental e Diretor do Centro de Avaliação Estratégica. Ermarth também serviu como Assistente Especial do Presidente durante a presidência de Ronald Reagan, bem como Diretor Sênior de Assuntos Soviéticos e Europeus. Exerceu o cargo de Diretor de Programas de Segurança Nacional do Nixon Center em 2002, também foi analista sênior do *Strategies Group da Science Applications International Corporation*.

4.3.6- Joseph Nye Jr. (1993-1994) – Bill Clinton

É um cientista político americano, coautor, junto a Robert Keohane, do livro *Power and Interdependence*, de 1977. Junto a Keohane, ele desenvolveu os conceitos de interdependência assimétrica e complexa. Desenvolveu os conceitos que distinguem entre *hard power* e *soft power*. Sua noção de *smart power* (a capacidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia de sucesso) tornou-se popular com o uso desta frase por membros da administração Clinton e, mais recentemente, da administração Obama.

Ele é o ex-reitor da *John F. Kennedy School of Government da Harvard University*. Em outubro de 2014, o Secretário de Estado John Kerry nomeou Nye para o Conselho de Política de Relações Exteriores. Ele também é membro do Conselho de Políticas de Defesa. É membro do corpo docente de Harvard desde 1964 e membro da Academia Americana de Artes e Ciências, Nye também é membro estrangeiro da Academia Britânica e membro da Academia Americana de Diplomacia.

De 1977 a 1979, Nye foi Subsecretário de Estado para Assistência à Segurança, Ciência e Tecnologia e presidiu o Grupo do Conselho de Segurança Nacional sobre Não

Proliferação de Armas Nucleares. Em 1993 e 1994, presidiu o Conselho Nacional de Inteligência. Na administração Clinton, também serviu entre 1994 a 1995, como secretário assistente de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional.

4.3.7- Christine Williams (1994-1995) – Bill Clinton

Não há informações disponíveis sobre sua atuação.

4.3.8- Richard N. Cooper (1995-1997) – Bill Clinton

Foi um economista americano, conselheiro político e acadêmico. Obteve um mestrado em economia pela *London School of Economics and Political Science* como *Marshall Scholar* em 1958. Ele recebeu seu Ph.D. da Universidade de Harvard em 1962. Cooper foi professor assistente na Universidade de Yale de 1963 a 1966 e foi Professor Frank Altschul de Economia Internacional de 1966 a 1977. Onde atuou como reitor entre 1972 e 1974.

Cooper atuou no Conselho de Assessores Econômicos de 1961 a 1963 como economista sênior da equipe. Entre 1965 e 1966, atuou como Subsecretário de Estado Adjunto para Assuntos Monetários Internacionais no Departamento de Estado dos Estados Unidos. Entre os anos 1995 e 1997 presidiu o Conselho de Inteligência Nacional, posteriormente servindo entre 1977 e 1981 como Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos.

4.3.9- John C. Gannon (1997-2002) – Bill Clinton

Atuou como Diretor de Análise Europeia da CIA (1992-1995), como Diretor Adjunto de Inteligência (1995-1997), Diretor Adjunto de Inteligência Central para Análise e Produção (1998-2001), e como Presidente do Conselho Nacional de Inteligência (1997-1997- 2001).

Após sua aposentadoria da CIA em 2001, ele serviu na Casa Branca como chefe da equipe de inteligência do Departamento de Segurança Interna, entre os anos de 2002

e 2003, mais tarde como diretor de equipe do Seletto Comitê da Câmara sobre Segurança Interna, 2003 a 2005. Gannon se aposentou da BAE Systems, de propriedade do Reino Unido (2005-2012), como Presidente de uma empresa do Setor de Inteligência e Segurança de US\$ 1,7 bilhão, que gerenciou com sucesso um dos maiores programas *Foreign Ownership, Control or Influence* do setor, apoiando missões de inteligência, defesa e segurança interna dos EUA.

Em fevereiro de 2014, ele foi nomeado para o cargo de Diretor Executivo da Comissão de Revisão do 11 de Setembro do FBI, dirigida pelo Congresso, que publicou seu relatório on-line em março de 2015. Em 2016, foi nomeado para o Grupo de Consultoria Técnica do Seletto Comitê de Inteligência do Senado. Em 2017, ele se juntou à Força-Tarefa do *Bipartisan Policy Center* sobre estratégias dos EUA para combater o componente ideológico do terrorismo, presidida por Lee Hamilton e Tom Kean.

A partir de então, lecionou no Programa de Estudos de Segurança da Universidade de Georgetown e atuou em vários comitês das Academias Nacionais de Ciências. Gannon obteve seu bacharelado em psicologia no *Holy Cross College* e seu mestrado e doutorado em história na Universidade de Washington em St. Louis. Ele serviu no Corpo de Voluntários Jesuítas na Jamaica. Ele é um ex-oficial da Marinha (capitão aposentado) e veterano do Vietnã.

4.3.10- John L. Helgerson (2001-2002) – George W. Bush

É um oficial de inteligência de carreira aposentado que passou 38 anos na Agência Central de Inteligência, seu papel final foi Inspetor Geral da CIA de 2002 até sua aposentadoria em 2009. Ele foi responsável por investigar interrogatórios da CIA de suspeitos de terrorismo e compilou um relatório crítico das práticas da agência em 2005, que foi lançado em 2009 pela administração Obama.

Helgerson ingressou na CIA em 1971. Ele começou como "analista de inteligência" e mais tarde chefiou unidades responsáveis pela cobertura da Rússia, Europa, África e América Latina. Ele ocupou cargos de gerência sênior e serviu durante quatro anos como vice-diretor de inteligência da Agência. Ele atuou como diretor de assuntos do Congresso da CIA e como vice-inspetor geral. Seu mandato foi no lado

analítico de pesquisa, e não no lado operacional. De 2000 a 2001, ele foi vice-diretor da Agência Nacional de Imagens e Mapeamento (NIMA).

Em agosto 2001 o então Diretor da CIA George Tenet nomeou-o Presidente do Conselho de Inteligência Nacional (NIC). Em fevereiro de 2002, o presidente George W. Bush nomeou Helgerson para ser o Inspetor Geral da CIA. Assim que assumiu o cargo, Helgerson iniciou uma investigação sobre o então novo programa de interrogatórios da CIA, após 11 setembro de 2001.

4.3.11- Robert Hutchings (2003-2005) – George W. Bush

Formado pela Academia Naval dos EUA, Hutchings também foi oficial da Marinha dos EUA. Presidente da *Walt and Elspeth Rostow* em Segurança Nacional na *LBJ School of Public Affairs* da Universidade do Texas, atuou como reitor da escola de 2010 a 2015. Anteriormente, ele foi diplomata residente na *Woodrow Wilson School of Public and International Affairs* da Universidade de Princeton. Hutchings ingressou na faculdade de Princeton em 1997, e seus interesses de pesquisa incluem relações internacionais, diplomacia e assuntos europeus.

Hutchings atuou presidente do Conselho de Inteligência Nacional, cargo que ocupou de 2003 a 2005, durante uma licença de Princeton. Em 15 de dezembro de 2009, Hutchings foi nomeado Reitor da Escola LBJ de Relações Públicas da Universidade do Texas, Austin, cargo que assumiu em 22 de março de 2010. Antes de Princeton, Hutchings foi professor visitante e diretor de estudos internacionais no *Woodrow Wilson International Center for Scholars* de 1993 a 1997. Entre 1992 e 1993, atuou como assessor especial do Secretário de Estado com o posto de embaixador, gerenciar o programa de assistência à democracia do Leste Europeu SEED dos EUA. De 1989 a 1992, Hutchings atuou como diretor do Conselho de Segurança Nacional para assuntos europeus. Hutchings também ocupou cargos na *Radio Free Europe*, na *Georgetown University*, na *George Washington University*, na *School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University* e na *University of Virginia*.

4.3.13- Thomas Fingar (2005-2008) George W. Bush

Professor da Universidade de Stanford. Em 1986, Fingar deixou Stanford para ingressar no Departamento de Estado. Em 2005, foi transferido para o Gabinete do Diretor de Inteligência Nacional como Vice-Diretor de Inteligência Nacional para Análise e serviu simultaneamente como Presidente do Conselho Nacional de Inteligência até dezembro de 2008.

Em janeiro de 2009, ele voltou para a *Stanford University* como *Payne Distinguished Lecturer at Freeman Spogli Institute for International Studies*. A carreira acadêmica de Fingar foi principalmente na Universidade de Stanford, onde várias nomeações de pesquisa o incluíram como Pesquisador Associado Sênior no Centro de Segurança Internacional e Controle de Armas (CISAC) e Diretor do Programa de Relações EUA-China de Stanford.

Ele também atuou como secretário adjunto e chefe do *Bureau of Intelligence and Research* (INR) do Departamento de Estado dos Estados Unidos de 23 de julho de 2004 a maio de 2005. Ele é um membro de carreira do Serviço Executivo. Publicou dezenas de livros e artigos, principalmente sobre aspectos da política e formulação de políticas chinesas. Como secretário adjunto encarregado do INR, bem como secretário adjunto interino (2000–2001 e 2003–2004), atuou como principal assessor do secretário em questões relacionadas à inteligência, supervisionou o trabalho analítico em todos os países e regiões, bem como desafios relacionados ao terrorismo e a proliferação, garantiram que as atividades realizadas pela Comunidade de Inteligência apoiassem a política externa do presidente e contribuíssem para julgamentos de inteligência coordenados como membro do *National Foreign Intelligence Board* (NFIB).

As atribuições anteriores no Departamento incluem servir como Vice-Secretário Adjunto Principal (2001–2003), Subsecretário Adjunto para Análise (1994–2000), Diretor do Escritório de Análise para o Leste Asiático e Pacífico (1989–1994) e Chefe de a Divisão da China (1986-1989). O Dr. Fingar foi membro do Seminário Sênior durante 1992-1993.

Em 1975, Fingar começou a trabalhar na Universidade de Stanford como pesquisador associado no Programa de Controle de Armas de Stanford, o antecessor do Centro de Segurança e Cooperação Internacional (CISAC). Ele era diretor do Programa

de Relações EUA-China da universidade quando partiu para o Departamento de Estado em 1986. Outros cargos anteriores incluem a atribuição à Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos como codiretor da Câmara de Educação EUA-China, conselheiro do Congresso Escritório de Avaliação de Tecnologia e consultor de várias agências governamentais dos EUA e organizações do setor privado. Ele serviu como linguista alemão sênior no Gabinete do Vice-Chefe do Estado-Maior de Inteligência, USAREUR e 7º Exército em Heidelberg, Alemanha.

Em dezembro de 2007, Fingar foi um dos autores de uma Estimativa Nacional de Inteligência sobre os programas nucleares do Irã. A NIE afirmou com "alta confiança" que Teerã havia "interrompido seu programa de armas nucleares" no outono de 2003. O que contradiz um relatório anterior da NIE de 2005 de que os sistemas de entrega balística e o enriquecimento de urânio continuavam. Atualmente, ele atua no conselho de administração do Comitê Nacional de Relações Estados Unidos-China.

4.3.14- Peter Lavoy (2008-2009) Barack Obama

Acadêmico e ex-funcionário de segurança dos EUA de alto escalão. Ele atuou em cargos, que incluem o de Secretário Adjunto de Defesa para Assuntos de Segurança da Ásia e do Pacífico. Lavoy é o autor de *Asymmetric Warfare In South Asia*.

Em 2003, Lavoy foi diretor do Centro de Conflito Contemporâneo e codiretor do Programa Regional de Educação em Segurança da Escola de Pós-Graduação Naval. De junho de 1998 a junho de 2000, atuou como diretor de Política de Contraproliferação no Gabinete do Secretário de Defesa. Entre os anos de 2008 e 2009, presidiu o Conselho de Inteligência Nacional.

4.3.15- Christopher A. Kojm (2009-2014) Barack Obama

Professor da Universidade George Washington. Ele atuou como presidente do Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos de 2009 a 2014. Em 1984 foi editor sênior da *Foreign Policy Association* em Nova York. De 1984 a 1998, ele foi membro da equipe do Comitê de Relações Exteriores da Câmara sob Lee H. Hamilton, o membro do ranking, então presidente do comitê.

De 1998 a 2003, Kojm foi Subsecretário Adjunto para Política e Coordenação de Inteligência no *Office of Intelligence and Research* (INR) do Departamento de Estado. Ele então atuou como vice-diretor da Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas aos Estados Unidos. Entre 2004 e 2006, foi Professor Visitante na *Woodrow Wilson School of Public and International Affairs*. Em 2006, ele foi consultor sênior do Grupo de Estudo do Iraque.

Em 2007, tornou-se membro do corpo docente da *Elliott School of International Affairs da George Washington University* e voltou a lecionar na Elliott School em 2014. Em novembro de 2020, Kojm foi nomeado membro voluntário da equipe de revisão da Agência de transição presidencial Joe Biden para apoiar os esforços de transição relacionados à Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos.

4.3.16- Gregory F. Treverton (2014-2017) Barack Obama

De 2007 a 2014, Treverton foi Senior Fellow, em Estocolmo, Suécia. Entre 2000 e 2014, atuou na RAND Corporation como Diretor do Centro de Risco e Segurança Global (2009-2014), Diretor do Centro de Políticas de Inteligência (2004-2005) e pesquisador sênior (2000-2009) na RAND Corporation. De 1998 a 2000, atuou no Conselho do Pacífico de Política Internacional, como presidente e antes de vice-presidente e diretor de estudos. Presidiu o Conselho Nacional de Inteligência entre os anos de 2014 e 2017.

Em 2021, Treverton foi implicado em uma disputa com a Oxford University Press e um ex-aluno de pós-graduação sobre seu livro de 2015 *National Intelligence and Science: Beyond the Great Divide in Analysis and Policy*. A Oxford University Press descobriu que Treverton plagiou uma parte substancial de um capítulo de seu livro a partir de white papers do estudante de pós-graduação, que acabou sendo nomeado coautor do capítulo.

4.3.17- Amy McAuliffe (2016-2019) Donald Trump

Veterana de 20 anos da Comunidade de Inteligência e oficial da CIA, presidiu o Conselho Nacional de Inteligência no governo Trump entre os anos 2016 e 2019. Antes

de sua nomeação como presidente do NIC, McAuliffe atuou em funções de gerenciamento e liderança no escritório do diretor de inteligência nacional, no Escritório de Análise do Oriente Médio e Norte da África da CIA.

4.3.18- Neil Wiley (2019-2021) Donald Trump

Wiley ocupou muitos cargos de liderança em uma ampla variedade de funções de inteligência. Como exemplo, ele foi o Diretor de Análise da Agência de Inteligência de Defesa (DIA), onde liderou seu esforço analítico de todas as fontes. Além disso, Wiley serviu como Diretor Adjunto do DIA para Análise, Chefe do Escritório de Tecnologia de Defesa e Análise de Longo Alcance, Chefe do Gabinete de Análise das Forças Militares

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos o presente estudo, esperamos ter avançado sobre a temática da Inteligência de Segurança dos EUA e seus papel nas relações de poder no sistema interestatal. Essa atividade, a Inteligência de Segurança Nacional, romanticamente denominada “os olhos do presidente” (ANDREW, 1995), em nossa visão vai além da própria presidência, das conjunturas, das alterações do espectro político por meio das eleições presidenciais ou parlamentares e mudanças de regime. Essa atividade, é um verdadeiro híbrido, acumulando poderes políticos a partir da obtenção de informações privilegiadas e sensíveis. Que interconecta as dimensões ontológica, estratégica e tática, além da capacidade de intervenção pela influência ou pelo uso da força. Tendo suas atividades protegidas pelo sigilo, pelo grau necessário de secretismo e pelo imperativo da segurança nacional, a partir do qual se movimentam no tabuleiro mundial de disputa de poder.

Conforme apresentamos no capítulo 1, quando considerada de forma ampla, a Inteligência de Segurança Nacional exerce função de meio de projeção de poder, conservando o caráter ontológico de acúmulo e expansão de poder em relação a outros Estados. Além disso, foi e continua estabelecida a partir do eixo político-estratégico da Segurança Nacional. Ocupando, dessa fora, não só as funções de manutenção do fator de coesão estratégica para o conflito multidimensional via identificação de inimigos e ameaças à Segurança Nacional dos EUA, mas sobretudo a partir da operacionalização tática de cada uma das dimensões de poder presentes no Conselho de Segurança Nacional.

No capítulo 2, buscamos compreender o que é inteligência nacional, apresentando formas de análise que nos permitiram esquivar da consideração da atividade como algo próximo ao paradigma burocrático-formal ou institucional. Mesmo quando observadas a partir desses recortes, a própria conexão da estrutura, aliada ao eixo estratégico e disposição entre os meios de poder do Estado, nos permitiram entender a atividade de inteligência como meio de projeção de poder no sistema interestatal.

Essa compreensão foi permitida por meio da análise dos paradigmas interpretativos, principalmente aqueles que relacionam a atividade de inteligência ao processo e ao produto. Enquanto o ciclo de inteligência interconecta diretamente objetivos políticos aos resultados esperados da atuação dos órgãos da Comunidade de inteligência, a análise e as

ações encobertas desempenham a função de entregar os resultados e avançar objetivos identificáveis de política externa.

Em relação a tais objetivos, enquanto a análise de inteligência permite a coesão estratégica doméstica, as operações encobertas buscam influenciar condições políticas, econômicas e militares no exterior, em um escopo que nos permite identificar sua atuação entre a diplomacia e a guerra, conforme tratado no capítulo 3. Nele, discutimos a temática dos “novos tipos de guerra” e das “guerras híbridas” concluindo que os objetivos e meios a partir do qual são discutidas já eram buscados a partir das ações encobertas. Inclusive no que diz respeito aos meios, que variavam de operações psicológicas, sabotagem, cooptação de lideranças, financiamento de grupos opositores e paramilitares, chantagem e apoio a golpes de Estado.

No quarto e último capítulo, introduzimos a temática da elite no poder, visando destacar a apropriação dos meios de poder por um grupo durante determinado período. O Estado, apesar de ser o ente com legitimidade para transitar no sistema interestatal, é operado a partir de pessoas. Essas, quando submetidas à grupos com posições relevantes de poder e influência, podem perseguir objetivos específicos muitas vezes introduzidos e defendidos pelos elementos que compõem a elite no poder. Outro elemento significativo para complementar a análise são as portas giratórias: onde revezam nas cozinhas do poder elementos oriundos do serviço público, privado, organizações não governamentais, assim como elementos da academia, revezando posições relevantes em todas essas instituições. Tal interação permite, em nossa perspectiva, identificar uma convergência dos interesses de tais instituições em busca dos objetivos políticos dos membros das elites no poder, assim com aqueles capazes de influenciar a tomada de decisão no contexto social relevante.

Concluimos esse estudo cientes de que há um campo fértil para realização de pesquisas e estudos relacionados à temáticas da Inteligência, Segurança e Relações de Poder. As limitações são diretamente relacionadas à manutenção do sigilo de determinados documentos internos à Comunidade de Inteligência e de Segurança Nacional dos EUA. Entretanto, tal dificuldade pode ser atenuada a partir da correlação entre os objetivos, as perspectivas estratégicas defendidas pelas elites e principalmente a partir da identificação do *cui bono* em âmbito das relações de poder.

Como sugestão para estudos futuros, acreditamos que investigações específicas correlacionando os teatros geopolíticos principais e intermediários, assim como os objetivos perseguidos e os resultados alcançados, principalmente a partir da ótica da Comunidade de Inteligência em sentido amplo, e os meios de projeção de poder e de negação de poder aos rivais, permitirão somar esforços na construção de uma perspectiva alternativa àquela difundida pela ótica de Segurança Nacional como defesa frente à ameaças e introduzir a ótica da Segurança Nacional e inteligência como meio de projeção de poder e competição interestatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREW, C. 1995. **For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency from Washington to Bush**. London: HarperCollins.

AMBROS, Christiano; LODETTI, Daniel. Vieses cognitivos na atividade de inteligência: conceitos, categorias e métodos de mitigação. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 14, p. 9-34, 1 dez. 2019.

ARQUILLA, John & RONFELDT, David F. **Swarming and the Future of Conflict**. Santa Monica: RAND, 2000.

AUSTRALIA. **National Security Legislation Amendment (Espionage and Foreign Interference) Act. 2018.** Disponível em: <<https://www.legislation.gov.au/Details/C2018A00067>>. Acesso em: 20 set. 2021.

BERKOWITZ, Bruce D.; GOODMAN, Allan E. The Logic of Covert Action. **The National Interest**, No. 51 (Spring 1998), pp. 38-46 Disponível em: URL: <<http://www.jstor.org/stable/42897083>> Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Inteligência (PNI). Decreto nº 8.793/2016, Brasília-DF, 2016.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. In: **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, p. 41-78, 2009.

BURROWS, Mathew J. Intelligence Community Perspective on the Maturing URW Threat. In: LUMAN, Ronald R. **Unrestricted Warfare Symposium**. Maryland: John Hopkins University Applied Physics Laboratory, 2007 pp.97-104. Disponível em: <https://www.jhuapl.edu/Content/documents/2007-URW.pdf> Acesso em 08 jun 2021

CARDOSO, Pablo. Perspectivas e desafios da Atividade de Inteligência a partir da Política Nacional de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**. n. 12. Brasília: Abin,. 2017

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. Intelligence, Crisis, and Democracy: Institutional Punctuations in Brazil, Colombia, South Africa, and India. **Intelligence and National Security**, Londres, v. 29, n. 4, p.523-551, 2014.

CHOMEAU, J. B. Covert action's proper role in U.S. policy. **International Journal of Intelligence and Counterintelligence**, 2(3), 407–413, 1988.

CLAPPER, J. R. Jr. Luncheon Remarks, Association of Former Intelligence Officers. In: The Intelligence, **AFIO newsletter**, McLean, Va. (October), 1995.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Trad. de M. Howard e P. Paret. Princeton, 1976.

COSTA, Darc. Visões da Guerra. No prelo, 2021.

COSTA, Darc. Guerra psicológica nos novos tipos de guerra. Revista Silva – Humanidades em Ciências Militares - CEP/EB. Vol 2, n.2 – Jul – Dez 2018.

CORMAC, Rory; ALDRICH, Richard J. Grey is the new black: covert action and implausible deniability. **International Affairs** 94 (3), 2018, pp. 477–494.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Order: beyond the international relations theory. In: COX, Robert W. (Org) **Approaches to the world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAUGHERTY, Willian J. **Executive secrets : covert action and the presidency**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2004.

DE VINE, Michael E. Covert Action and Clandestine Activities of the Intelligence Community: Selected Definitions in Brief. **CRS Report R45175**. Washington: Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/intel/R45175.pdf>> Acesso em 05 jul 2021.

DYLAN, Huw; GIOE, David V.; GOODMAN, Michael S. **The CIA and the Pursuit of Security: History, Documents and Contexts**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **National Security Act of 1947**, 1947 Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/ic-legal-reference-book/national-security-act-of-1947>>. Acesso em: 22 abr 2021.

ENGDAHL, F. William. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in The New World Order**. Wiesbaden: Edition.Engdahl, 2009.

FIORI, José Luís. “Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento latinoamericano”. Em J.L. FIORI & C. Medeiros (organizadores) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. Em: FIORI. J. L. (Org.) **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2007)

FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, José Luís. Dialética da Guerra e da Paz. Em: FIORI, José Luís. (Org.) **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

GERDES, Louise I. (Ed.) **Espionage and Intelligence Gathering**. Farmington Hills: Greenhaven Press, 2004.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; e JAY, John. **Os federalistas**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. New York: Cambridge University Press, 1996.

HOFFMAN, Frank. **Conflict in the 21st Century: the rise of the hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

JOHNSON, Loch K. National Security Intelligence. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

KELLER, Suzanne. **Beyond the ruling class : strategic elites in modern society**.New York: Random House, 1968.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LASWELL, Harold D; LERNER, Daniel. **As Elites Revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zabat Editores, 1967.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2020.

LIND, William S. Lind. NIGHTNGALE, Keith, SCHMITT, John F. The Changing Face of War: the Forth Generation. **Marine Corps Gazzeta** (pre-1994). October 1989, p. 22-26.

LONGMAN. Dictionary of contemporary english for advanced learners. 6th ed. Essex: Pearson Education, 2014.

LOVELACE, Douglas C. Jr. **Hybrid warfare and the gray zone threat**. London: Oxford University Press, 2016.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. London: Red Globe Press, 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição bilíngue; tradução Diego Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 1^a ed. 2017.

MCNEILL, William. The Changing Shape of World History. **History and Theory**, v, 34, n. 2, p 8-26, 1995.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

MILLS, Charles Wright. **As Elites do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto, **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE (ODNI). **Domestic Approach to National Intelligence**, 2017. Disponível em: <<https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/DomesticApproachtoNationalIntelligence.PDF>> Acesso em: 22 abr 2021.

PADULA, Raphael. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. Em: FIORI, José Luís. *Dialética da Guerra e da Paz*. Em: FIORI, José Luís. (Org.) **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. pp. 340-370.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os EUA no século XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRICE, David H. **Anthropological Intelligence**. Durham: Duke University Press, 2008.

RUDGERS, David, F. The Origins of Covert Action. **Journal of Contemporary History**, Vol. 35, No. 2. Apr., 2000, pp. 249-262.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**. New York: Harcourt, Brace & Co. 1942. Bateson cim

STRANGE, Susan. **States and Market**. New York: Continuum, 1994.

SZAFRANSKI, Richard. Neocortical Warfare? The Acme of Skill. In: Arquilla, John & Ronfeldt, David (Org.) **In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age**. Washington: RAND Corporation, 2007. pp. 395-416.

TURCHIN, Peter. Modeling periodic waves of integration in the Afro-Eurasian world-system. In: MODELSKI, George, DEVEZAS, Tessaleno; THOMPSON, William (orgs). **Globalization as Evolutionary Process: Modeling global change**. New York: Routledge, p. 161-189, 2008.

UNITED STATES PRESIDENT'S OFFICE FILES (USPOF). Papers of John F. Kennedy. **Special message to Congress on urgent national needs**, 25 May 1961. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/034/JFKPOF-034-030> Acesso em 02 de Fev 2022.

UNITED STATES – NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL/DCI (USNIC). **National Intelligence estimates: Iraq's Continuing Program for Weapons of Mass Destruction**. October 2002 Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB129/nie.pdf> Acesso: em 31 de Jan de 2022.

UNITED STATES – NATIONAL SECURITY COUNCIL (USNSC). **National Security Council Directive 5412: Covert Operations**. Undated. Source: Eisenhower Library 1947-1950. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250> Acesso em: 01 de Jan. de 2022

UNITED STATES - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE (USODNI). **National Security Act of 1947**. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/who-we-are/organizations/ogc/ogc-related-menus/ogc-related-content/ic-legal-reference-book> Acesso em 26 de Jan 2022.

UNITED STATES - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE (USODNI). **Executive Order 12333 – United States Intelligence Activities**. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/who-we-are/organizations/ogc/ogc-related-menus/ogc-related-content/ic-legal-reference-book> Acesso em 26 de Jan 2022.

UNITED STATES - OFFICE OF THE DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE (USODNI). **How the IC works**. 2021a. Disponível em: <https://www.intelligence.gov/how-the-ic-works> Acesso em 27 abr 2021.

UNITED STATES - NATIONAL INTELLIGENCE COUCIL/USODNI. **Global Trends 2040: a more constested world**. 2021b Disponível em: https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/GlobalTrends_2040.pdf Acesso em 20 julho 2021.

ZORTÉA, Ricardo. Em busca da supremacia: guerra multidimensional no cone sul e a Transformação Estrutural Brasileira do Século XX. **Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Pós-Graduação em Economia Política Internacional**, 2018.

WARNER, Michael. The Creation of the Central Intelligence Group. **Studies in Intelligence**, Volume 39, No. 5, 1996, pp. 111-120.

ZEGART, A. B. Cloaks, Daggers, and Ivory Towers: Why Academic Don't Study U.S. Intelligence. In: L. Johnson (ed.) **Strategic Intelligence**. Westport, Conn.: Praeger, 2007. pp 21–34.